

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO - MESTRADO

ELIANDRO BETT GIONGO

DESAFIOS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
A JUVENTUDE RURAL DE LAURO MÜLLER/SC

CRICIÚMA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G496d Giongo, Eliandro Bett.

Desafios da sucessão na agricultura familiar : a
juventude rural de Lauro Müller/SC / Eliandro Bett
Giongo. - 2024.

109 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2024.

Orientação: Dimas de Oliveira Estevam.

Coorientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

1. Agricultura familiar - Lauro Müller (SC). 2.
Agricultura familiar - Sucessão - Lauro Müller
(SC). 3. Juventude rural. 4. Desenvolvimento rural.
I. Título.

CDD 23. ed. 338.1098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

ELIANDRO BETT GIONGO

**DESAFIOS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
A JUVENTUDE RURAL DE LAURO MÜLLER/SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Criciúma, 20 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Coordenadora Adjunta do PPGDS – UNESC

À toda a minha família, especialmente à minha mãe, Rosangela Bett Giongo e meu pai Sérgio Francisco Giongo, minha esposa Michela e meus filhos Vinícius e Otávio.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente é preciso agradecer a Deus, pelo dom da vida, pela saúde, paz e sabedoria que me proporcionou neste período, em que cuidou de mim, de meus familiares e de meus colegas de Mestrado e todos os professores(as) que tive o privilégio de conviver.

Agradeço também a Ele por ter me dado esta oportunidade que muitos desejam, mas poucos conseguem acessar. Além de ter colocado colegas queridos que me proporcionaram fazer novas amizades, agradeço também a Ele por colocar no meu caminho a melhor equipe de profissionais e professores(as) Doutores(as) e Mestres(as) que compõem o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense — UNESC, a quem agradeço em nome da sua Magnífica Reitora Prof.^a. Dr.^a Luciane Bisognin Ceretta, pela brilhante condução desta tão conceituada instituição de ensino, que muito contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional da nossa sociedade e também para o desenvolvimento de toda a região.

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, pela oportunidade de cursar o Mestrado com Bolsa-Taxa durante este período, a quem desejo sucesso em seu futuro para poder continuar esta linda jornada, beneficiando outros estudantes a conquistarem seus projetos de vida.

Agradecimento também ao antigo Colégio Agrícola de Camboriú vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, atual Instituto Federal Catarinense — IFC, onde no período de 1993 e 1995, fiz meu ensino médio de Técnico em Agropecuária, onde dei os primeiros passos para minha formação profissional.

Ao Centro Universitário Barriga Verde — UNIBAVE de Orleans, instituição onde em 2008, pude concluir minha graduação em Administração em Agronegócios e posteriormente minha Pós-graduação em Gestão Ambiental — Licenciamento e Perícia no ano de 2011, com toda certeza foram momentos fundamentais para meu desenvolvimento na caminhada até este momento.

Aos professores(as) Doutores(as) Alcides Goularti Filho, Rafael Rodrigo Mueller, Jaime Dagostim Picolo, Melissa Watanabe, Reginaldo de Souza Vieira, Ismael Gonçalves Alves e João Henrique Zanelatto pelo privilégio de poder contar com cada um durante a participação em cada uma das disciplinas cursadas.

Aos professores(as) Dimas de Oliveira Estevam, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Michele Gonçalves Cardoso e Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt, pela contribuição durante a banca de qualificação e defesa deste trabalho, minha gratidão pelas contribuições.

Ao meu orientador Professor Doutor Dimas de Oliveira Estevam, por aceitar este desafio de orientar minha pesquisa, a quem agradeço pela significativa dose de paciência, pressão e proteção dedicadas a mim e meu trabalho durante este período. Da mesma forma minha Coorientadora Professora Doutora Giovana Ilka Jacinto Salvaro, pela sua dedicação e apoio durante todo o período dedicado a participação nas disciplinas e no decorrer com a construção deste trabalho.

Aos meus familiares, minha mãe Rosângela Bett Giongo, meu pai Sérgio Francisco Giongo, minhas irmãs Paula, Renata. Minha esposa Michela e meus filhos Vinícius e Otávio. Minhas sobrinhas Isadora, Ana Livia e Bibiana, minha gratidão pelo apoio, incentivos e carinho para comigo durante este período desafiador para um pai de família, com inúmeras responsabilidades a cumprir e que apesar de todas as adversidades, não desistiu, meu mais profundo e sincero sentimento de gratidão. Muito Obrigado!

*“Não corrigir nossas faltas é o mesmo que cometer novos erros”.
Confúcio*

RESUMO

A presente dissertação apresenta e aprofunda o debate sobre o tema da Juventude Rural e sua importância para a Sucessão na Agricultura Familiar, visando identificar a presença desse tema nos principais espaços de discussão relacionados ao desenvolvimento e na elaboração de projetos no município de Lauro Müller, localizado no sul do Estado de Santa Catarina. De acordo com dados do IBGE, o município conta com 499 empreendimentos rurais e mais de 1.700 blocos de notas de produtor registrados na Secretaria Municipal de Agricultura, além de uma população rural de aproximadamente 2.741 pessoas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que mais de 70% do meio rural do município é ocupado por uma agricultura de base familiar. O aprofundamento das questões relacionadas à Juventude Rural é justificado, pois estudar esses fatores possibilita a identificação de ações efetivas na formulação de políticas públicas de Desenvolvimento Rural. Partindo deste cenário, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: a Juventude Rural e, conseqüentemente, a sucessão no meio rural estão presentes nas ações e projetos de desenvolvimento em Lauro Müller/SC? Para responder a esta pergunta, foi proposto como Objetivo Geral “Verificar a presença e a influência da juventude rural nos projetos que visam o desenvolvimento em Lauro Müller/SC.” Para atender a esse objetivo, optou-se por uma pesquisa qualitativa exploratória, buscando identificar, a partir dos Censos Demográficos do IBGE, bem como de dois documentos síntese de processos de desenvolvimento planejados para a região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e do Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) aplicados no município. Além disso, também se buscou analisar a participação dos jovens rurais entre os principais produtores dos produtos gerados pela agricultura no município em 2021, utilizando dados fornecidos pelo setor de blocos de notas do município. Entre os principais aspectos identificados, percebemos a preocupação atual do município de Lauro Müller quanto à Sucessão na Agricultura Familiar, uma vez que, nos dois planos, estão previstas ações que visam discutir e propor iniciativas para a redução da evasão do meio rural, além da criação de estratégias para facilitar o diálogo sobre o tema da sucessão no ambiente familiar. Por outro lado, ao analisarmos a participação dos jovens de 15 a 29 anos no movimento econômico da agricultura, encontramos uma lacuna a ser aprofundada e observada, pois, na prática, os números ainda não representam resultados positivos em relação a essa discussão. Isso se deve ao fato de que ainda são poucos os jovens que têm suas atividades formalizadas; ou seja, ainda não estão consolidados enquanto agricultores.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural; Sucessão Familiar; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This dissertation presents and deepens the debate on the topic of Rural Youth and its importance for Succession in Family Farming, with the aim of identifying the presence of this topic in the main spaces of discussion related to the development and elaboration of projects in the municipality of Lauro Müller, located in the south of the State of Santa Catarina. According to IBGE data, the municipality has 499 rural enterprises and more than 1,700 producer notebooks registered with the Municipal Department of Agriculture, in addition to a rural population of approximately 2,741 people, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This means that more than 70% of the municipality's rural areas are occupied by family-based agriculture. Deepening the issues related to Rural Youth is justified, as studying these factors makes it possible to identify effective actions in the formulation of public policies for Rural Development. Based on this scenario, we formulated the following research question: Are Rural Youth and, consequently, succession in rural areas present in development actions and projects in Lauro Müller/SC? To answer this question, the General Objective was proposed "To verify the presence and influence of rural youth in projects aimed at development in Lauro Müller/SC." To meet this objective, an exploratory qualitative research was chosen, seeking to identify, based on the IBGE Demographic Census, as well as two synthesis documents of development processes planned for the region by the Association of Municipalities of the Carboniferous Region (AMREC) and the Local Economic Development Program (DEL) applied in the municipality. Furthermore, we also sought to analyze the participation of rural young people among the main producers of products generated by agriculture in the municipality in 2021, using data provided by the municipality's notebook sector. Among the main aspects identified, we noticed the current concern of the municipality of Lauro Müller regarding Succession in Family Farming, since, in both plans, actions are planned to discuss and propose initiatives to reduce evasion from rural areas, in addition to creating strategies to facilitate dialogue on the topic of succession in the family environment. On the other hand, when analyzing the participation of young people aged 15 to 29 in the economic movement of agriculture, we found a gap to be deepened and observed, as, in practice, the numbers still do not represent positive results in relation to this discussion. This is due to the fact that there are still few young people who have their activities formalized; in other words, they are not yet consolidated as farmers.

KEYWORDS: Rural Youth; Family Succession; Family Farming; Rural Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente Brasil	39
Gráfico 2 – Percentual da população rural do Brasil.	40
Gráfico 3 - População residente Santa Catarina.	42
Gráfico 4 - Percentual da população rural de Santa Catarina.	42
Gráfico 5 - População residente Lauro Müller/SC	43
Gráfico 6 - Idade dos produtores de bovinos.	95
Gráfico 7 - Idade dos produtores de feijão.	96
Gráfico 8 - Idade dos produtores de frango.	96
Gráfico 9 - Idade dos produtores de leite.	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População residente e situação de domicílio Lauro Müller/SC.....	45
Tabela 02 - População residente Brasil, Santa Catarina e Lauro Müller.	45
Tabela 3 - Contexto histórico de Lauro Müller/SC.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Brasil e Santa Catarina e localização do município de Lauro Müller.	64
Figura 2 - Capa Programa DEL	71
Figura 3 - Entidades parceiras do Programa DEL	71
Figura 4 - Etapas de realização do Programa DEL	73

LISTA DE ABREIATURAS E SIGLAS

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera.

CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

DEL - Programa de Desenvolvimento Local

FECAM – Federação Catarinense de Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 JUVENTUDE RURAL E SEU PAPEL NA AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.1 CENÁRIO ATUAL DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO CONTEXTO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.	38
2.2. POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO CONTEXTO DA JUVENTUDE RURAL	45
3 JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.	49
3.1. O ÊXODO E OS CONFLITOS DO PROCESSO DE SUCESSÃO.	52
3.2. A JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO RURAL E URBANO.	60
4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC	67
4.1 O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC.	67
4.2 HENRIQUE LAGE E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE LAURO MÜLLER E REGIÃO.	71
4.3. LAURO MÜLLER E SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	73
4.4. LAURO MÜLLER E OS IMPACTOS DA ATIVIDADE CARBONÍFERA.	78
5. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM LAURO MÜLLER.	82
5.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AMREC.	82
5.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – DEL.	87
5.3 UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS RURAIS NO MOVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

O foco principal deste trabalho está relacionado diretamente com o debate atual em torno da juventude rural no município de Lauro Müller/SC. Inicialmente é necessário esclarecer o que é ser jovem atualmente e situar o olhar sobre o foco principal desta pesquisa, o “jovem”, que independentemente de sua vida ser mais relacionada com o espaço rural ou urbano, de ser agricultor e/ou estudante, ser casado(a) ou solteiro(a), estar vinculado ao agronegócio ou agricultura familiar, com ensino técnico ou graduado(a), sendo sucessor(a) ou não, vivendo com os pais ou não, entre tantas outras características que poderíamos listar, inicialmente estaremos tratando do jovem e sua juventude, para posteriormente entrarmos especificamente no meio rural e nas suas relações com o ambiente nos diversos aspectos que envolvem a temática em torno da juventude rural.

“A classificação que define jovem mediante limites mínimos e máximos de idade é amplamente discutida.”(Castro, 2012, p.440). O conceito de “ser jovem” é, atualmente, neste ano de 2024, ter nascido entre 1993 e 2007, ficando, portanto, dentro da controvertida definição etária preconizada pelo Estatuto da Juventude, que, por sua vez, identifica como jovem quem está com a idade entre 15 e 29 anos. “Atualmente, o recorte utilizado pelo poder público e por organismos internacionais é o de 15 a 29 anos.” (Castro, 2012, p.440). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) classifica os jovens como aqueles que estão na faixa etária dos 15 e 24 anos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) identifica os jovens como aqueles que estão na faixa etária entre os 15 e 29 anos, identificação parecida com a também utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que entende que jovem é quem está com a idade entre 15 e 24 anos. Castro, 2012 reforça que esta definição já é discutida por estas organizações desde a década de 60,

A identificação de uma população como jovem por meio de um corte etário aparece de forma mais clara em pesquisas da década de 1960. O corte etário de 15 a 24 anos, adotado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), procura homogeneizar o conceito de juventude com base nos limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e nos limites máximos de término da escolarização formal básica (ensino básico e médio). (Castro, 2012, p.439)

“No entanto, esses parâmetros de classificação somente por faixa etária são limitados, pois não consideram a juventude como uma identidade social complexa” (Gonçalves e Soares, 2024, p. 106). Neste sentido, Gonçalves e Soares afirmam ainda que, “[...] a definição de juventude pautada em critérios de idade; observamos que ela vai muito além, pois deve levar em consideração as relações sociais construídas na sociedade”. (Gonçalves e Soares, 2024, p. 106). As autoras ainda reforçam as inúmeras formas e conceitos que rondam o universo do tema juventude, uma vez que no Brasil o tema ganhou destaque a partir da década de 90 em várias áreas do conhecimento.

De fato, o tema juventude remete a distintos conceitos e abordagens que ultimamente estão fortalecendo e aumentando o debate. No Brasil, o tema ganhou maior relevância na década de 1990, a partir dos esforços de pesquisadores com a maioria dos trabalhos na área da Sociologia, Psicologia, Antropologia e Educação, e de movimentos juvenis e da pastoral da juventude, que de certa maneira chamaram a atenção dos gestores do governo federal e municipais que começaram a entender que o universo juvenil é complexo, pois compreende múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e implementação de políticas públicas, assim passaram a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. (Gonçalves e Soares, 2024, P. 107).

Neste sentido, Castro, (2012), apresenta o quanto o termo “jovem”, vem sendo utilizado ao longo dos tempos, tanto nos meios acadêmico, político e senso comum,

Jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e

adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude. Entretanto, muitos trabalhos tratam a juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. (Castro, 2012, p.439)

A autora ainda nos apresenta a ideia de juventude como uma categoria transitória, e reforça a ideia da transitoriedade que aparece como uma marca recorrente nas definições e percepções sobre juventude.

Contudo, outra leitura comum atravessa o debate sobre juventude: juventude como um período da vida, uma transição para a vida adulta. Juventude é uma categoria transitória e, como experiência individual, como identidade social ou, ainda, identidade política ela pode assumir contornos mais perenes. O peso da transitoriedade aparece como uma “marca” recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos. (Castro, 2012, p.440)

“Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e a transformação social”. (Castro, 2012, p.440). Neste sentido Castro (2012), ainda ressalta que,

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder. (Castro, 2012, p.441).

Além disso, Wanderley (2007), em sua pesquisa, ressalta que a juventude corresponde a um momento no ciclo de vida e que se caracteriza pela transição ou pela passagem da infância e a vida adulta de cada um,

[...] a juventude corresponde a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (Wanderley, 2007, p.02).

A juventude é comumente vista como um período de transformação, de busca por identidade e pertencimento, atualmente a chamada “Geração Z”,

nascida aproximadamente entre 1997 e 2012, cresceu em um contexto altamente digitalizado, o que influencia diretamente como essa geração vive e expressa este período na vida. A assim chamada, *Geração Z* ou *iGeneration*, que define sociologicamente que essa geração, dita sucessora da geração anterior (Y, X), veio ao mundo em um universo tecnológico-digital, coincidindo com a idealização e o nascimento da *WWW (World Wide Web)* a Rede Mundial de Computadores, criação de Tim Berners-Lee, em 1990, e com o surgimento de aparelhos tecnológicos modernos, que gerou um *status* de muitas opções de atividades num meio altamente ocupado pelos canais de televisão, *internet*, videogames e *smartphones*, e aqui a Geração Z navega leve, livre e solta, zapeando nesse mar tecnológico. Neste sentido, as redes sociais representam um ambiente extremamente fértil para a comunicação e relacionamentos entre crianças, adolescente e jovens, conforme afirma Souza, 2024 em seu artigo que buscou compreender os impactos das redes sociais na formação da identidade dos adolescentes “a internet oferece uma maneira de comunicação rápida e ampla, ocorrendo principalmente por meio das redes sociais, ferramentas amplamente utilizadas por adolescentes em todo o mundo”. (Souza, 2024, p.04), o autor ainda acrescenta que “o expressivo uso das redes sociais pelo público adolescente, o que mostra uma preocupação de âmbito social e saúde mental, sendo necessário intervenções com tal público” (Souza, 2024, p.04)

Considerando o passar dos tempos, é interessante perceber que, se no passado as gerações eram definidas em períodos de 25 anos, com os constantes avanços tecnológicos isso mudou e muito, determinando que cada geração seja cada vez menor. A *Geração Z*, por exemplo, conecta jovens familiarizados com as tecnologias móveis, numa estreita relação com suas vidas e hábitos. Essa geração já nasce com a presença massiva dos computadores, tablets e celulares. “Sem dúvida, a invenção das redes sociais foi uma das mais revolucionárias e relevantes do século XXI e seus impactos podem ser observados em diversos âmbitos da sociedade (Souza, 2024, p.05). Seus componentes não acreditam na ideia de exercer uma determinada função por toda a vida. São ansiosos, pois se veem vivendo numa sociedade de risco, mesmo que sejam inovadores, arrojados, criativos, que tenham o pensamento lógico apurado, que sejam autodidatas e responsáveis, que atuem em

colaboração, conectados a maior parte do tempo, abraçando causas sociais e cultivando o desapego às fronteiras. São pragmáticos, práticos e vivem em busca de satisfazer sua necessidade financeira e enriquecimento pessoal, tanto no campo emocional quanto no sensorial.

Agem assim, mas acompanhados de problemas muitas vezes despercebidos para as gerações mais maduras: Autoestima reduzida; Transformações na aparência de modo bastante abrupto (pela ação hormonal); Indisposição; Falta de amigos (isolamento social); pressões diversas (escolares, familiares, de outros grupos); Bullying; Relações amorosas, às vezes familiares; vícios. Pode-se resumir tudo o que foi dito acima como essa juventude vivendo num universo de desafios, de um mundo em constante e rápida transformação, acelerada pela ação humana. Para Souza, 2024, esta situação gera impactos na autoestima da população jovem, uma vez que,

Essa característica da personalidade, quando se encontra em baixa no indivíduo, pode impactar de forma extremamente negativa, provocando sentimentos de desvalia, ansiedade, depressão, problemas alimentares, distorções de imagem e vícios. Em suma, o que se espera em uma pessoa é que a autoestima se encontre em equilíbrio, já que esta possui altos e baixos, e quando a mesma se encontra de uma forma ordenada, a possibilidade de ocorrer comparação com outros usuários das redes sociais se torna menor. (Souza, 2024, p.10)

O desafio emocional e psicológico que a juventude enfrenta, marcado por pressões sociais e transformações internas rápidas, é amplificado pelas dificuldades econômicas e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. O fracasso do sistema em integrar os jovens de forma autônoma na sociedade contribui para que eles se mantenham dependentes de suas famílias por um período muito mais longo do que o ideal, criando um ciclo de dificuldades que limita tanto sua autonomia emocional quanto financeira.

O desmonte do Estado de Bem-estar Social e os avanços das políticas neoliberais, que remodelaram as ações trabalhistas e previdenciárias, originaram muitas crises, como a que interfere na economia, onde se registram altos índices de desemprego. “Os anos de 1990 foram marcados por um ideário neoliberal, materializado na ausência do Estado em termos de políticas de suporte à agricultura familiar, com efeitos nocivos sobre as populações rurais,

sobretudo os pequenos agricultores (dificuldade de produzir e comercializar a produção, rebaixamento dos preços, dependência de pacotes tecnológicos, ausência de uma política de crédito efetiva e endividamento das famílias, em muitos casos, levando à perda de patrimônio).” (Martins, 2021, p.98). Temos uma situação em que são exigidos altos níveis de capacitação, embora nem todos os aprovados serão absorvidos pelo mercado de trabalho e nem recebam salários condizentes com o que investiram em conhecimento e prática, tendo então que se submeterem aos baixos salários propostos pelos contratantes. Então, trazendo a realidade de todos esses fatores negativos que são decisivos e retardam uma “independência” familiar para os jovens, impedindo-os de se inserirem na sociedade, de modo autônomo. Temos, no entanto, que concordar que, no seu dia a dia, os jovens vivem certos contextos de autonomia. Neste sentido, (Fiorini, 2017) afirma que “o papel da família, bem como dos profissionais que atendem jovens adultos, entende-se que a atenção das políticas públicas a esse público necessite de maior prioridade, especialmente no que se refere à formação escolar/acadêmica e às oportunidades de entrada no mercado de trabalho”. (Fiorini, 2017, p.52)

Estamos diante de uma geração que paga caro pelo privilégio de ser a geração Z. A perseverança não é seu ponto forte, e mergulhados na “sociedade de riscos”, vendo a supressão das garantias, ausência de estabilidade, fim das certezas, os jovens entendem que o melhor caminho é investir em projetos imediatistas de vida e profissional. São focados no presente, mas com um olho no futuro, nesse futuro contemporâneo indeterminado e arriscado. Diante dessas incertezas e vulnerabilidade, aos jovens cabe a necessidade de usar de sua força para a inovação e ser, a todo custo, protagonistas no mundo que habitam.

Em Lauro Müller um município considerado de pequeno porte do interior do estado de Santa Catarina, via de regra, a juventude se insere nas características da juventude catarinense, a qual está inserida nas da juventude brasileira, que se insere nas da América Latina e esta, por fim, caracteriza-se como a juventude global, universal. Portanto, tem sonhos, utopias, medos, inseguranças, descrédito, não acredita muito no futuro, que o percebe inseguro.

A juventude rural de Lauro Müller constitui uma categoria genérica que engloba jovens não urbanos, e sofre com os condicionamentos que interferem na concretização dos projetos e empreendimento em atividades agrícolas ou não agrícolas. Tais condicionamentos podem (e devem) ser eliminados a partir da implantação de políticas públicas eficazes e dinâmicas. Novas ruralidades, agricultura familiar e projetos juvenis constituiriam atualmente a salvação da agricultura familiar. Essas implicações determinam a permanência do jovem no campo. Além disso, conforme aponta Wanderley (2007, p.22),

[...] admitimos que as pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades. (Wanderley, 2007, p.22)

O município de Lauro Müller, possui 499 estabelecimentos rurais, sendo que 72,54% destes são classificados como de Agricultura Familiar, a qual é fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais. Os agricultores familiares produzem uma variedade de alimentos, incluindo frutas, vegetais, grãos e proteínas de origem animal, que abastecem as comunidades locais com alimentos frescos e saudáveis. O agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

Quanto ao debate sobre a sucessão familiar nas propriedades rurais de Lauro Müller, sabe-se que, na agricultura familiar, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda, sendo a principal responsável pela produção dos alimentos disponibilizados para o consumo da população brasileira, isso justifica o debate e a discussão deste tema. É preciso olhar para agricultura familiar não só como a geração de alimento, mas principalmente como uma oportunidade para geração de emprego e renda.

Intriga o segmento rural de homens e mulheres, e seus filhos, o fato de, a cada ano, terem de conviver com a angústia de não possuírem

possibilidade de uma mínima renovação, com uma sucessão para os próximos anos. Há quem pense na criação de um plano de sucessão rural. Além disso, Wanderley (2007) aponta para

[...] a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; é necessário determinar quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade (Wanderley 2007, p.43)

A autora ainda aponta a necessidade de se entender e aprofundar o debate no que se refere aos trabalhos relacionados com a Juventude Rural na perspectiva da sucessão,

Muitos trabalhos sobre juventude rural abordam a perspectiva de permanência dos jovens no meio rural, entre os quais estão os que se detêm na sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários familiares. De um modo geral, considera-se a sucessão geracional na agricultura familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola. (Wanderley, 2007, p 42).

Partindo deste cenário, identificamos a seguinte pergunta de pesquisa: a Juventude rural e conseqüentemente a sucessão no meio rural estão presentes nas ações e projetos de desenvolvimento em Lauro Müller/SC? Para responder a esta pergunta foi proposto como Objetivo Geral, *“Verificar a presença e a influência da juventude rural nos projetos que visam o desenvolvimento em Lauro Müller/SC.”* E como objetivos específicos: a) *Conhecer se a juventude rural está presente nos principais espaços de debate sobre o desenvolvimento rural no município;* b) *Identificar se temática da sucessão na agricultura familiar está presente nos principais planos e projetos de desenvolvimento do município;* c) *Analisar a participação dos jovens no movimento econômico da agricultura de Lauro Müller.*

O foco neste tema e nesta região se justifica pelo fato do pesquisador ser natural da cidade de Lauro Müller/SC, vivendo a realidade da agricultura do município desde meados dos anos de 1990, quando acompanhava as atividades

agrícolas junto de seus familiares e posteriormente na sua formação profissional enquanto Técnico em Agropecuária, seguido da sua Graduação em Administração de Agronegócios e da Pós-Graduação em Gestão Ambiental, além da atuação como sócio fundador, educador, secretário e gerente executivo do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR¹. E na sua atuação no serviço público como Secretário Municipal de Agricultura de Lauro Müller nos períodos de 2013 a 2016 e, mais recentemente, em 2021 e 2022.

Desta forma, o contato com realidade dos jovens rurais e suas famílias, bem como com a realidade da Agricultura Familiar local despertou no pesquisador a preocupação com a criação de mecanismos que contribuam para o Desenvolvimento Rural, pautado na identificação de oportunidades de geração de trabalho e renda para os jovens rurais, sejam eles, agricultores familiares ou apenas moradores de áreas rurais desenvolvendo atividades rurais não agrícolas.

Para o atendimento dos objetivos previstos, nesta pesquisa, é possível verificar que a pesquisa foi de natureza qualitativa, pois conforme Creswel,

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação. (Creswel, 2010, p.206).

Além disso, a pesquisa de natureza qualitativa apresenta um conjunto de características que levam em consideração o ambiente natural do público-alvo a ser estudado.

Os pesquisadores qualitativos tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão ou problema que está sendo estudado. Eles não levam os indivíduos para um laboratório (uma situação artificial) nem enviam instrumentos para os indivíduos preencherem. Esse fechamento das informações coletadas por meio

¹ O CEDEJOR foi uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos, reconhecida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atuou nos três estados do sul do Brasil. E contava na sua estrutura de funcionamento com uma Gerência Executiva e 3 núcleos, sendo 01 no Paraná (território Centro Sul), 01 no Rio Grande do Sul (território Vale do Rio Pardo) e 01 em Santa Catarina (território das Encostas da Serra Geral em Lauro Müller/SC). O CEDEJOR atuava com a aplicação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural, por meio da Pedagogia da Alternância.

da conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro de seu contexto é uma característica importante da pesquisa qualitativa. No ambiente natural, os pesquisadores têm interações face a face no decorrer do tempo. (Creswel, 2010, p.208).

Outra característica importante das pesquisas de natureza qualitativa tem relação com o pesquisador.

Os pesquisadores qualitativos coletam pessoalmente os dados por meio de exame de documentos, de observação do comportamento ou de entrevista com os participantes. Eles podem utilizar um protocolo - instrumento para a coleta dos dados, mas são eles próprios que coletam as informações. Não tendem a usar ou a se basear em questionários ou instrumentos desenvolvidos por outros pesquisadores. (Creswel, 2010, p.207).

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador se utiliza de uma gama muito grande de várias fontes e formatos de pesquisa, gerando múltiplas fontes de dados, conforme (Creswel, 2010). “Os pesquisadores qualitativos geralmente coletam múltiplas formas de dados, tais como entrevistas, observações e documentos, em vez de confiarem em uma única fonte de dados”. Ainda conforme Creswel (2010), “os pesquisadores qualitativos criam seus próprios padrões, categorias e temas de baixo para cima, organizando os dados em unidades de informação cada vez mais abstratas.”

A pesquisa de natureza qualitativa ainda apresenta uma característica interpretativa, pois é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. “Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores.” (Creswel, 2010).

Para o alcance dos objetivos foram analisados inicialmente os dados das séries históricas dos Censos demográficos desde 1950 até 2022, identificando as principais tendências migratórias presentes em cada período e estudado os dois planos voltados ao desenvolvimento para a cidade e região, ou seja, o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da AMREC, realizado em 2020, pelo Observatório de Desenvolvimento Socioeconômico e Inovação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, em conjunto com os 12 municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), em

que se buscou transformar de forma efetiva a realidade socioeconômica dos 12 municípios que compõem a AMREC. Também, o Programa de Desenvolvimento Local (DEL), implementado pelo município de Lauro Müller. Ainda se analisou a participação dos jovens rurais no movimento econômico da cidade no ano de 2021, com base em informações publicadas pela identificar a participação dos produtores com idade entre 16 a 29 anos, entre os 10 maiores produtores das principais atividades agropecuárias no ano de 2021.

Para aprofundamento dos conceitos, justificativa, conhecimento dos temas e análises, iniciou-se a partir da pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados com as palavras-chave, “Juventude Rural”, “Desenvolvimento rural”, “Agricultura familiar” e “Sucessão”, além dos resultados dos Censos Demográficos do IBGE e suas séries históricas, análise de documentos como projetos e planos de desenvolvimento para o município de Lauro Müller. A partir da coleta das informações e dos dados da pesquisa foi feita a análise, por meio de leitura e interpretação dos resultados e principais apontamentos que os documentos apresentavam, no sentido de atender aos objetivos da presente pesquisa.

Desta forma, a presente pesquisa está organizada em 07 capítulos, 1 Introdução, seguindo com o capítulo 2 Juventude rural e seu papel na agricultura familiar e seus desdobramentos com o 2.1 Cenário atual da população rural e urbana no contexto nacional, estadual e municipal e o 2.2. População rural e urbana no contexto da juventude rural. Na sequência o capítulo 3 Juventude rural e sucessão na agricultura familiar, com o 3.1. O êxodo e os conflitos do processo de sucessão. Seguindo com o capítulo 3.2 A juventude rural no contexto rural e urbano e posteriormente com o capítulo 4. Breve contextualização histórica e socioeconômica do município de Lauro Muller/SC e seus subtítulos, 4.1 O município de Lauro Muller/SC, 4.2 Henrique Lage e sua contribuição no desenvolvimento de Lauro Müller e região. 4.3. Lauro Müller e sua organização político-administrativo 4.4 Lauro Muller e os impactos da atividade carbonífera. 5. Agricultura familiar e desenvolvimento socioeconômico em Lauro Müller. 5.1 plano de desenvolvimento socioeconômico da AMREC. 5.2 programa de desenvolvimento econômico local – DEL 5.3. Um olhar sobre a

participação de jovens rurais no movimento econômico local: possíveis relações com a sucessão na agricultura familiar, encerrando com o capítulo e encerrando com o capítulo 6. Considerações finais e as Referências.

2 JUVENTUDE RURAL E SEU PAPEL NA AGRICULTURA FAMILIAR

É possível perceber no meio rural brasileiro uma grande diversidade de modelos e formatos de Agricultura Familiar, onde se encontra desde explorações em pequenas propriedades, com pouca ou quase nenhuma tecnologia, sem as mínimas condições de clima, relevo, solo e água em quantidade e qualidade para desenvolver as atividades agrícolas, bem como para a manutenção da família, muitas delas sem integração com alguma cadeia produtiva regional, produzindo com o objetivo principal de garantir a manutenção da família e possível venda dos poucos excedentes no comércio local o que se caracteriza como cadeias de ciclo curto, mas que também tem uma importante contribuição para o movimento econômico destas regiões.

Por outro lado, também é possível encontrar agricultores familiares inseridos nas grandes cadeias produtivas do agronegócio, como, por exemplo, na produção de proteínas animais como na avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e corte, ainda na produção de milho, soja, mandioca, feijão, arroz, café e fumo. “A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.” (Boniatti, et. al, 2024, p.250). Em relação aos jovens, Wanderley (2007) aponta para as semelhanças entre os rurais e os urbanos,

[...] quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe o quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos dos que vivem nas cidades. Eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem às novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. (Wanderley, 2007, p.31).

“Consideramos juventude rural uma categoria genérica utilizada para se referir a um conjunto heterogêneo de jovens não urbanos e que se manifesta de forma variada no território nacional.” (Martins, 2021, p. 95) Com toda essa diversidade, seja em Lauro Müller, no estado de Santa Catarina e no Brasil, a

Agricultura Familiar contribui diretamente para a soberania alimentar e nutricional da nação, produzindo por meio das redes de produção, comercialização e de consumo horizontais ou verticais os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros diariamente, além de serem os grandes responsáveis pela preservação da flora, da fauna e dos mananciais hídricos existentes nas comunidades rurais. Ainda contribuem para a ocupação dos espaços dos territórios rurais, mantendo vivas as tradições, a religiosidade, os costumes, os valores, bem como o modo de ser e viver do meio rural, o que garante a reprodução social da Agricultura Familiar, no curto, médio e longo prazos, além de contribuir diretamente para o movimento econômico dos municípios brasileiros. “O agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, em função de ser seu local de trabalho, moradia, relações e convívios sociais, diferente da agricultura empresarial, a agricultura familiar não separa a gestão do empreendimento das questões específicas da família.” (Boniatti, et. al, 2024, p.250).

Além de todas essas questões, é importante ressaltar a importância do tema relacionado com a Agricultura Familiar para o campo científico, pois como podemos perceber e de acordo com Schneider (2010);

Deve-se considerar que o início da década de 1990 foi um período particularmente fértil e estimulante em que apareceram vários estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar. (Schneider, 2010, p.515)

Ainda conforme Schneider (2010):

Os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e a coletânea organizada por Lamarche (1993) mostraram que as formas familiares de produção não eram apenas predominantes nos países capitalistas avançados, mas também capazes de produzir excedente e desempenhar importante papel no desenvolvimento econômico destes países. (Schneider, 2010, p.515)

Ainda segundo Schneider (2010), estes trabalhos ganharam projeção por estarem vinculados ao projeto organizado pela FAO/INCRA (1994) onde este estudo

[...] foi fundamental por ter classificado os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado), ter sugerindo uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e periféricos) da patronal e por ter apresentado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias específicas destinadas a esta categoria social. (Schneider, 2010, p. 516)

“A sistematização dessa nova categoria política – a agricultura familiar –, inaugurada nos anos de 1990, se aprofunda nos anos 2000, que constituem um marco da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, em especial, daquelas voltadas à agricultura familiar.” (Martins, 2021, p.97). “As principais características para definição da agricultura familiar é a posse da terra, o uso desta, sua gestão e a transferência para os sucessores da posse e gestão.” (Boniatti, et. al, 2024, p.251). Neste cenário, é preciso compreender que a importância da juventude rural é muito maior do que a simples transferência do patrimônio familiar, mas como protagonista na reprodução social no médio e longo prazo da Agricultura Familiar, para que se possa garantir a evolução dos processos que buscam o desenvolvimento rural a partir dos aspectos econômico, social e ambiental pautado pelo fortalecimento desta categoria. “A agricultura familiar é estratégica para o país, garante à segurança alimentar e o enfrentamento da fome, a preservação do meio ambiente, melhores condições de vida, valorização da cultura, promovendo maior impacto no desenvolvimento da economia local.” (Boniatti, et. al, 2024, p.251) e sabe-se também que “Santa Catarina é um dos estados com maior número de agricultores familiares do país.” (Boniatti, et. al, 2024, p.251) e que “a agricultura familiar catarinense contribui significativamente para o desenvolvimento social e econômico do Estado, todos os indicadores apontam para um modelo que serve de exemplo para vários Estados brasileiros.” (Boniatti, et. al, 2024, p.252).

Sabe-se que o Brasil, conforme os dados do último Censo Demográfico de 2022, conta com uma população de mais de 45 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, Santa Catarina conta com 1,6 milhão de

jovens. Gonçalves e Soares, reforçam que a juventude rural enquanto categoria representa,

Um universo quantitativo que se apresenta pequeno diante da população brasileira, mas que torna essencial compreender o papel dessa categoria - Juventude Rural - que cada dia está ganhando destaque no cenário brasileiro, que se encontra diante de tantas transformações e participa diretamente da reconfiguração na estrutura do campo. (Gonçalves e Soares, 2024, p. 111)

Os jovens brasileiros vivem hoje na casa dos pais por muito mais tempo, às vezes até a formação de sua família, devido a um maior tempo passado na escola e à dificuldade em encontrar emprego estável.

A família tem grande influência sobre a juventude brasileira e oferece aos jovens a socialização e permite-lhes desenvolver e moldar as suas personalidades. Para boa parte dos jovens urbanos, os marcadores de ingresso na vida adulta estão associados ao término dos estudos e à entrada no mundo do trabalho. “Já para os jovens rurais, o casamento se apresenta, por diversas razões, como o principal marcador dessa passagem.” (Martins, 2021). Wanderley (2007) ainda aponta para,

[...] a crise social por eles vivenciada, mais diretamente, tem dimensões específicas que, sob muitos aspectos, é distinta daquela vivida pelos jovens urbanos, que decorrem, precisamente, de seu pertencimento a um ambiente social específico o meio rural – e, quando é o caso, a uma unidade familiar agrícola, com características também específicas” (Wanderley, 2007, p. 23)

Além disso, “contrário aos jovens urbanos, a inserção no mercado de trabalho dos jovens rurais ocorre, a rigor, ainda na infância.” (Martins, 2021). “Tornando-se aptos naturalmente para seguimento das atividades agropecuárias, entretanto isso não significa necessariamente que a sucessão irá acontecer, no passado permanecer na atividade agropecuária era quase uma obrigação dos filhos, na atualidade passou a ser mais uma opção.” (Boniatti, et. al, 2024, p.255). Conforme Martins, 2021,

[...] tal inserção na vida profissional ou no mundo do trabalho é feita de maneira natural, sem a existência de qualquer processo formal de passagem da infância e juventude para a vida adulta profissional, pois as crianças e jovens que trabalham na terra não são considerados adultos só porque trabalham, não possuem independência plena, seus

esforços se somam aos dos pais/responsáveis em torno da sobrevivência da unidade produtiva familiar (Martins, 2021, p. 96).

Para Wanderley (2007),

[...] mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isto nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considerá-los como pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem (Wanderley, 2007, p.31)

Quanto a onde e como vivem os jovens em Santa Catarina, o estado tomou a iniciativa de apostar no poder de transformação dos jovens para tentar reduzir a evasão de jovens do espaço rural. Criando em 2012, por meio da EPAGRI o curso de Formação em liderança, gestão e empreendedorismo, uma capacitação oferecida para jovens rurais de 18 a 29 anos, viabilizada com recursos do Programa SC Rural. Iniciativa esta, espelhada na experiência dos programas de formação para jovens rurais como, por exemplo, o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural – implementado pelo CEDEJOR e também a partir da experiência das Casa Familiares Rurais do estado.

É de conhecimento que, no Brasil, ocorre um forte e constante processo de êxodo rural, principalmente das jovens, que conseqüentemente leva ao envelhecimento e a masculinização do campo. “Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo” (Wanderley, 2007, p.39). Castro (2012), reforça este entendimento,

“Um tema associado à “juventude rural” é a “migração” – no sentido do fluxo de populações para centros urbanos –, seja como estratégia familiar de reprodução e manutenção da propriedade familiar, seja como forma de ruptura com a autoridade paterna.” (Castro, 2012, p.441).

No entanto, observaram-se mudanças no processo de reprodução social da agricultura familiar, houve um deslocamento de foco da família (coletivo) para o pessoal (individual) devido a uma maior flexibilização no padrão

de herança visando projetos mais individualizados. Castro 2012, ainda afirma que,

A sucessão e a transferência da propriedade da terra, herança patrimonial da família, segue padrões como o minorato ou a primogenitura (o filho mais novo ou o mais velho é o herdeiro preferencial), dentre outras formas, como estratégias para manter a pequena propriedade familiar indivisível e evitar que se pulverize. (Castro, 2012, p. 441)

Esse processo está atrelado à migração das jovens em busca de melhores condições de vida e acesso à renda, existindo um estímulo por parte da família, para que as filhas, que dificilmente são as sucessoras, migrem em busca de realizar uma reconversão social. Para Wanderley, 2007

Uma das explicações para esse fato pode ser encontrada na ausência de um espaço de realização profissional para a mulher nas áreas rurais agrícolas. Em geral, a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, fato que ao mesmo tempo é resultado de uma discriminação, mas que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano. (Wanderley, 2007, p.60)

Além de que, o processo de socialização dessas jovens se deu com enfoque em atividades domésticas ou compreendidas como “ajuda” pelas jovens, ou seja, não houve muitos incentivos para que fossem sucessoras. “O reconhecimento como agricultora é ainda mais precário porque elas serão sempre consideradas como “forças marginais”, (Wanderley, 2007, p.240);

“A exclusão das mulheres do processo sucessório demonstra que o trabalho realizado pelas moças não é reconhecido como serviço prestado na terra, o trabalho realizado pelas moças era considerado apenas uma ajuda”. (Boniatti, et. al, 2024, p.256). Pois um “aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo”. (Wanderley, 2007, p.39). “A existência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.” (Boniatti, et. al, 2024, p.259). Percebe-se, como já vimos, que a trajetória de jovens rurais do interior de Santa Catarina traz diferenças entre como ela se

dá entre jovens do sexo masculino ou feminino e que a sucessão na agricultura familiar geralmente, quando há, recai sobre os jovens. Desta forma, Boniatti reforça o impacto das migrações desta parcela da população em meados dos anos 90 e 2000,

A grande migração da população rural ocorrida nas décadas de 90 e em especial a de 2000 foi ocasionada por uma crise econômica e social, gerando como consequência o empobrecimento da população rural, o despovoamento de muitas localidades e o envelhecimento da população rural. As terras não foram apropriadas pelos que ficaram e sim adquiridas por empresários e profissionais liberais urbanos que as utilizam, em geral, para atividades de baixa geração de renda e trabalho como reflorestamento e pecuária extensiva de corte. (Boniatti, et. al, 2024, p.257).

Nesse sentido, o maior acesso à educação no meio rural pode despertar o interesse dos jovens de ali realizarem seus projetos de vida? (sucessão). Ou, ao contrário, o acesso à educação é o primeiro passo para a migração para as cidades? É importante considerar que a escola, tradicionalmente, reproduz a estrutura social entre dominantes e dominados. E são as trajetórias diferenciadas por questões como as relações de gênero, de classe social, de origem social, entre outras, em que os investimentos escolares estão atrelados às condições da reprodução social da agricultura familiar. Há ainda uma busca por uma educação de qualidade visando à continuidade dos estudos. Sobre a influência da escola neste processo, Boniatti, aponta para a pouca importância dada aos estudos para aqueles que desejavam ser agricultores (as)

A influência da escola e de sua dominação simbólica. O exercício da profissão de agricultor, no passado, não estava associado ao estudo, geralmente as crianças frequentavam a escola até aprenderem a ler, escrever e fazer “contas”, o ofício de agricultor era aprendido no dia a dia das atividades, isto era considerado suficiente para o desempenho das atividades agropecuárias. (Boniatti, et. al, 2024, p.256).

Pelo Censo Agropecuário 2017, o Estado de Santa Catarina tem uma participação extremamente importante, no cenário agrícola nacional, pois conta com 183 mil propriedades rurais, ocupando uma área de 6,4 milhões de ha,

envolvendo diretamente 502 mil pessoas, contabilizando R\$ 20,48 bilhões em 2017, sendo que 50,7% desse total é resultado do trabalho dos agricultores familiares catarinenses que estão presentes em 78% dos estabelecimentos rurais do estado.

Neste sentido, é preciso compreender que a importância da juventude rural para o pleno desenvolvimento rural do estado e ainda entender que ela representa muito mais do que a simples transferência do patrimônio familiar, mas como protagonista na reprodução social no médio e longo prazo da Agricultura Familiar, para que se possa garantir a evolução dos processos que buscam o desenvolvimento rural a partir dos aspectos econômico, social e ambiental pautado pelo fortalecimento dessa categoria. Wanderley, 2007, afirma que,

Ao constituírem-se simultaneamente como unidades de produção e de consumo, estas famílias e as gerações que as antecederam tinham como objetivo a reprodução da própria unidade familiar. Os elementos necessários a isso são, além do que se necessita para a reprodução imediata (como alimentos), estratégias que possibilitem a reprodução da condição social de agricultor (reprodução geracional) (Wanderley, 2007, p.42)

Em resumo, para que os jovens permaneçam no meio rural, ou se encantem por ele, ou ainda consigam estabelecer uma relação de pertencimento, garantindo a permanência também da sucessão na Agricultura Familiar, para assegurar, como consequência, o Desenvolvimento Rural, há que se ter presente a necessidade de acompanhamento técnico, o cumprimento dos requisitos básicos, um histórico de relações entre esses jovens e gerações anteriores, uma visão de empreendedorismo, e assim por diante. “Essa categoria vincula-se diretamente a figurações socioeconômicas, identitárias, regionais e à participação política de jovens rurais em instâncias de lutas sociais pelas quais ganham relevância e visibilidade.” (Martins, 2021, p.95)

Desta forma, é necessário contribuir com o debate sobre a sucessão familiar no meio rural, pois a continuidade e as garantias para acontecer a reprodução deste modelo de agricultura depende também da iniciativa dos governos por meio da elaboração de políticas públicas efetivas, amplas e abrangentes considerando a diversidade brasileira. “Enquanto no passado o grande dilema era quais dos filhos herdaria a propriedade paterna, hoje é haverá

filhos dispostos a dar continuidade as atividades agropecuárias desenvolvidas pela família.” (Boniatti, et. al, 2024, p.254).

2.1 CENÁRIO ATUAL DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO CONTEXTO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

A questão do debate, bem como as pesquisas científicas em torno do tema Sucessão na Agricultura Familiar é extremamente relevante para o Desenvolvimento Socioeconômico do país e da região, na medida em que, conforme o Censo Agropecuário 2017, a agricultura pautada no modelo familiar de produção representa 77% do total dos estabelecimentos agropecuários do país, distribuída em 3,9 milhões de estabelecimentos, ocupando uma área de 80,9 milhões de ha, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros, envolvendo diretamente 67% do pessoal ocupado na agropecuária do país; ou seja, 10,1 milhões de pessoas que são responsáveis por 23% de toda a produção agropecuária, cerca de R\$ 107 bilhões (cento e sete bilhões de reais).

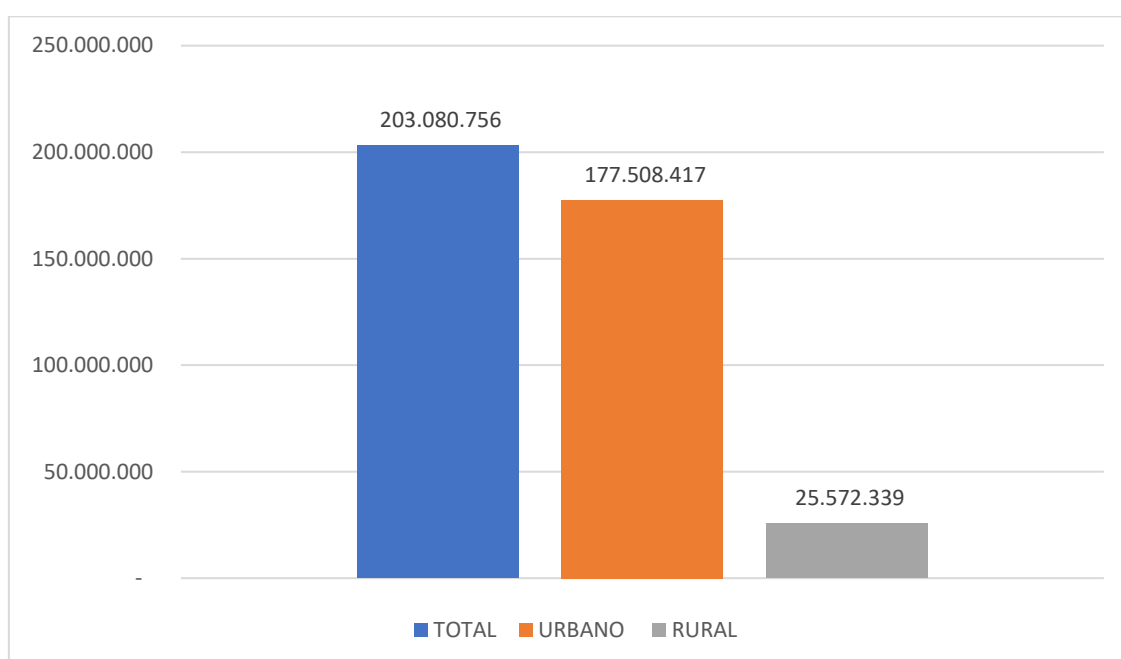
Ainda, conforme o Censo Agropecuário 2017, o estado de Santa Catarina tem uma participação extremamente importante, no cenário agrícola nacional, pois conta com 183 mil propriedades rurais, ocupando uma área de 6,4 milhões de ha, envolvendo diretamente 502 mil pessoas, contabilizando R\$ 20,48 bilhões em 2017, sendo que 50,7% desse total é resultado do trabalho dos agricultores familiares catarinenses que estão presentes em aproximadamente 78% dos estabelecimentos rurais do estado.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950, a população rural no Brasil representava 63,84%, algo em torno de 33.161.506 (trinta e três milhões, cento e sessenta e um mil quinhentos e seis) pessoas. Em 2010, esse número representava 15,64%, cerca de 29.830.007 (vinte nove milhões oitocentos e trinta mil e sete) pessoas. Quando verificamos estes mesmos índices recentemente divulgados pelo IBGE², percebemos que conforme o Censo IBGE 2022 a população total do Brasil está

² Divulgação dos dados foi disponibilizado no site oficial do IBGE no dia 14 de novembro de 2024

na faixa de 203.080.756 (duzentos e três milhões e oitenta mil setecentos e cinquenta e seis habitantes), sendo estes 177.508.417 (setenta e sete milhões quinhentos e oito mil quatrocentos e dezessete habitantes) considerados urbanos aproximadamente 87,41% da população total e 25.572.339 (vinte e cinco milhões quinhentos e setenta e dois mil trezentos e trinta e nove habitantes) considerados rurais, aproximadamente 12,59% da população total. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - População residente Brasil



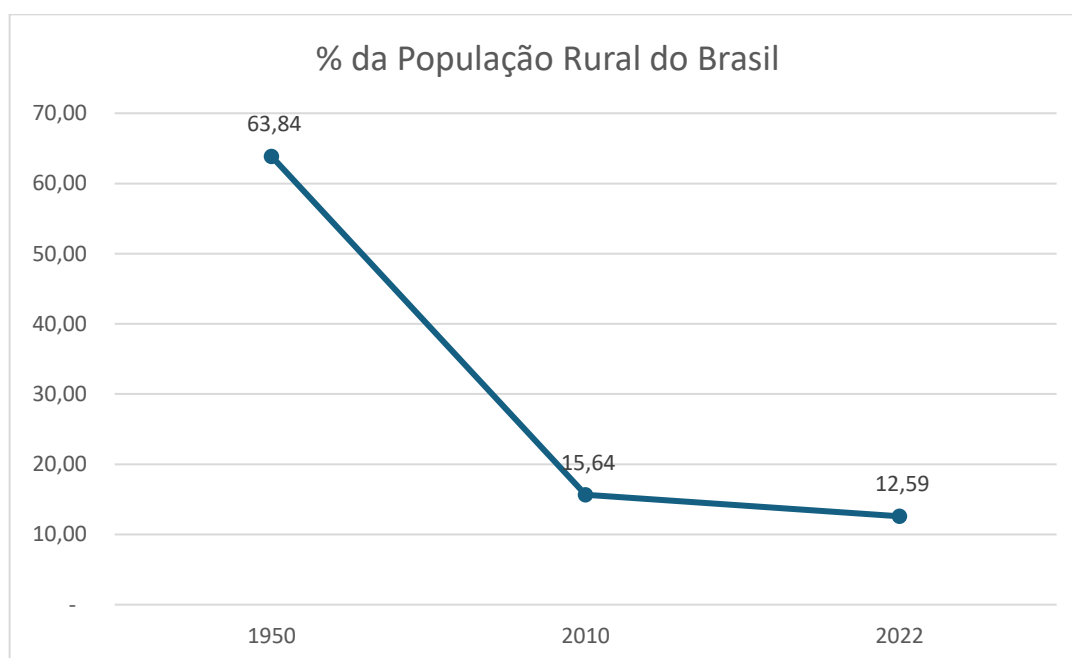
Fonte: Censo IBGE (2022).

Este cenário de redução constante da população rural, nos mostra a necessidade de se entender e estudar cada vez mais as causas e fatores que impactam diretamente e contribuem para o fortalecimento deste processo de redução da população rural em todo o país. Pois como vimos em sete décadas a população rural do Brasil passou de 63% (1950) para 12,59% (2022). Este fenômeno não representa simplesmente a redução da população ou consequentemente o aumento a migração de pessoas do espaço rural para o urbano, mas representa um ambiente extremamente importante para se estudar as causas desta migração e também os fatores e impactos deste processo no desenvolvimento dos espaços rurais e urbanos brasileiros nas diversas

categorias de idade entre os grupos impactados, porém, neste caso em especial aos mais jovens.

O gráfico a seguir mostra a realidade desta redução ao longo dos mais de 70 anos em que verificamos esta situação em que é possível perceber esta expressiva diferença ao longo dos tempos.

Gráfico 2 – Percentual da população rural do Brasil.

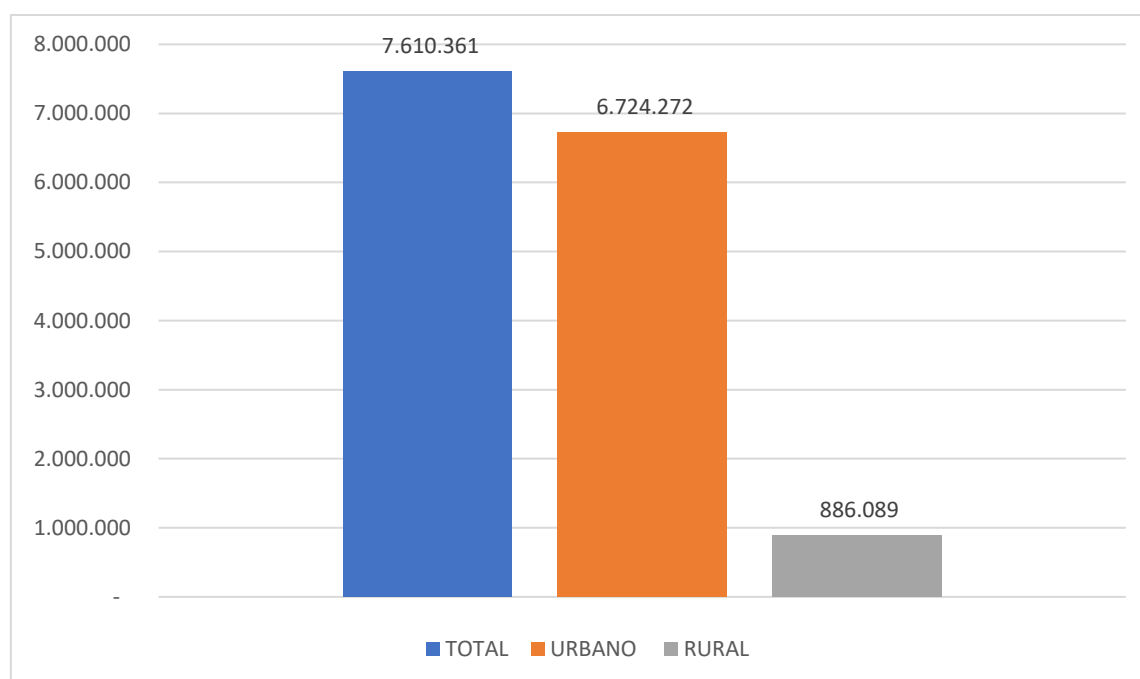


Fonte: Censo IBGE (2022).

Considerando estes mesmo índices para o estado de Santa Catarina, em 1950, a população rural representava cerca de 76,76%, cerca de 1.197.785 (um milhão, cento e noventa e sete mil e setecentos e oitenta e cinco habitantes), já em 2010, esse percentual caiu para 16,01%, cerca de 1.000.523 (um milhão e quinhentos e vinte três habitantes) do total da população considerada rural; ou seja, em 60 anos, a população que vivia no meio rural brasileiro e catarinense reduziu em, aproximadamente, 3.331.499 (três milhões trezentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e nove habitantes) e 197.262 (cento e noventa e sete mil duzentos e sessenta e dois habitantes) respectivamente.

Conforme dados recentemente divulgados pelo IBGE no Censo 2022, o estado de Santa Catarina conta com uma população total estimada de 7.610.361 (sete milhões seiscientos e dez mil trezentos e sessenta e um habitantes) sendo que destes 6.724.272 (seis milhões setecentos e vinte quatro mil, duzentos e setenta e dois habitantes) considerados urbanos cerca de 88,36% do total da população e 886.089 (oitocentos e oitenta e seis mil e oitenta e nove habitantes) considerados rurais, cerca de 11,64% do total da população.

Gráfico 3 - População residente Santa Catarina.

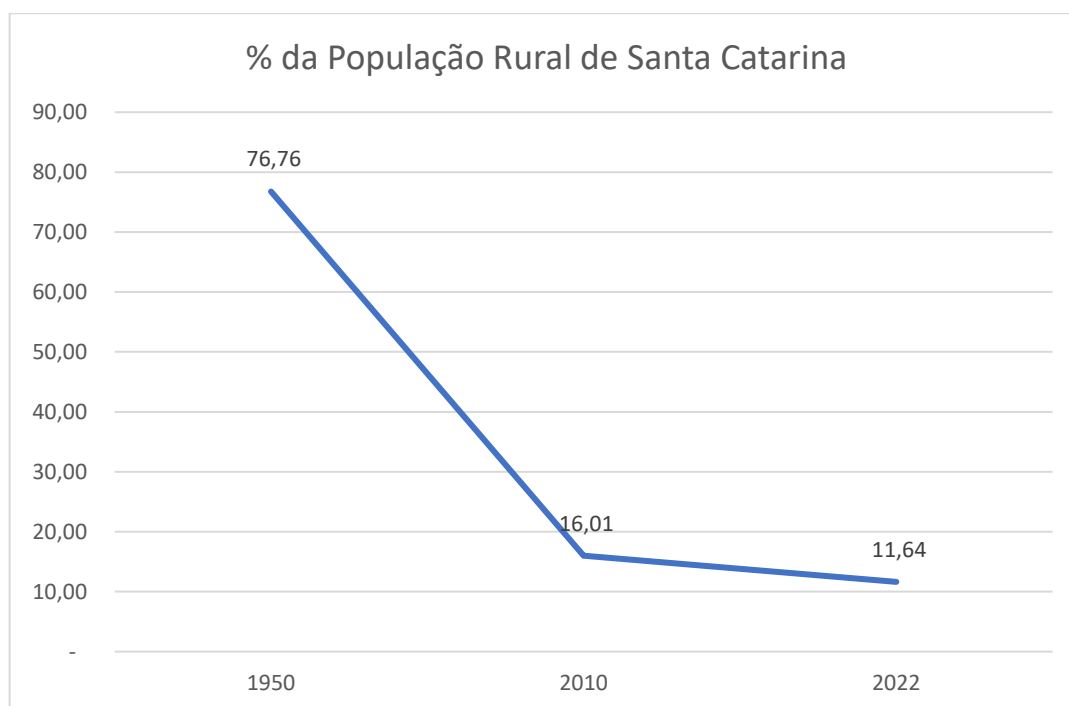


Fonte: Censo IBGE (2022)

Quando comparamos os resultados das séries históricas desde 1950 até 2022, o estado de Santa Catarina viu sua população rural reduzir de 76,76% em 1950 para 11,64% em 2022, ou seja, em números absolutos o meio rural catarinense diminuiu sua população de 1.197.785 (um milhão, cento e noventa e sete mil e setecentos e oitenta e cinco habitantes) em 1950, para 886.089 (oitocentos e oitenta e seis mil e oitenta e nove habitantes) em 2022, uma

redução de 311.696 (trezentos e onze mil seiscentos e noventa e seis) pessoas a menos no seu meio rural. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

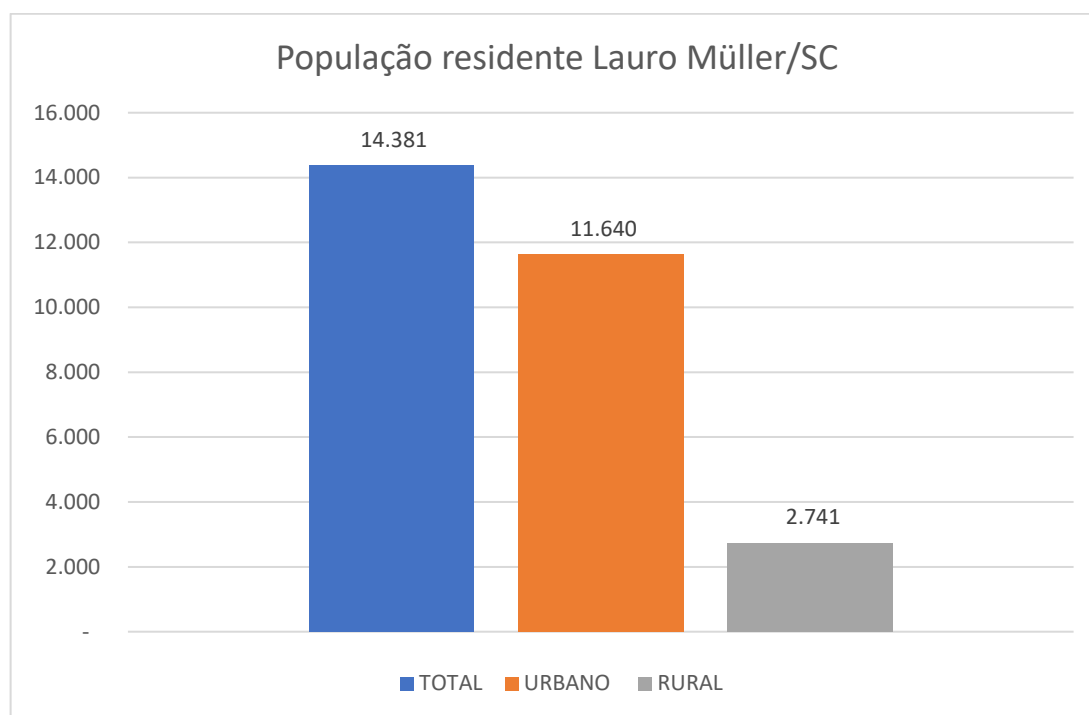
Gráfico 4 - Percentual da população rural de Santa Catarina.



Fonte: Censo IBGE (2022).

No mesmo caminho e tendência, o município de Lauro Müller/SC também viu sua população rural diminuir gradativamente ao longo das últimas décadas. Pois atualmente segundo dados do Censo 2022, conta com uma população total de 14.381 (quatorze mil trezentos e oitenta e um habitantes), sendo que destes 11.640 (onze mil seiscentos e quarenta habitantes) são considerados urbanos, cerca de 80,94% do total da população e aproximadamente 2.741 (duas mil setecentos e quarenta e um habitantes) são considerados rurais, aproximadamente 19,06% do total da sua população, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 5 - População residente Lauro Müller/SC



Fonte: Censo IBGE (2022).

Além disso, quando analisamos os resultados dos Censos de 1970 período em que a população era em sua maioria considerada rural, logo em 1980 essa situação se inverteu e a população rural passou a ser menor que a urbana até os dias atuais conforme pode ser visto com os resultados do censo do IBGE de 2022, percebemos o quanto o município de Lauro Müller/SC perdeu em população rural ao longo dos anos, sendo que de 1996 até 2022 houve uma redução de mais de 1000 pessoas ao longo de aproximadamente 16 anos, o que demonstra alinhamento das tendências ao nível nacional, estadual e municipal. Desta forma, conseguimos perceber o quanto o fenômeno da redução da população rural é algo que impacta a totalidade das regiões do Brasil, demonstrando a necessidade de estudos e pesquisas em torno do tema. Quanto a essa redução ao nível local, podemos perceber a partir da tabela abaixo a realidade encontrada na cidade de Lauro Müller, no sul do estado de Santa Catarina.

Tabela 01 - População residente e situação de domicílio Lauro Müller/SC (1970/1980/1991/1996/2006/2010/2022)

População/Ano	1970	1980	1991	1996	2006	2010	2017	2022
Total	15.574	13.220	13.936	13.355	13.604	14.367	14.367	14.381
Urbana	5.898	8.739	9.818	9.586	9.923	11.106	11.106	11.640
Rural	9.676	4.481	4.118	3.769	3.681	3.261	3.261	2.741

Fonte Censo, IBGE (censos 1970/1980/1991/1996/2006/2010/2022).

A tabela abaixo consolida os atuais resultados divulgados recentemente pelo IBGE quanto ao Censo Demográfico de 2022, neste caso é possível perceber o quanto a parcela de população total vivendo nos espaços rurais segue uma tendência nacional, estadual e municipal. O que faz com que seja necessário compreender o fenômeno da redução desta parcela da população a partir dos fatores que levam a migração ou a evasão da população rural como foco de estudo a nível nacional e estadual, porém neste caso estaremos direcionando nossos olhares para a realidade encontrada na cidade de Lauro Müller no estado de Santa Catarina.

Tabela 2 - População residente Brasil, Santa Catarina e Lauro Müller.

	TOTAL	URBANO	RURAL	% Urbana	% Rural
Brasil	203.080.756	177.508.417	25.572.339	87,41	12,59
SC	7.610.361	6.724.272	886.089	88,36	11,64
LM	14.381	11.640	2.741	80,94	19,06

Fonte: IBGE (2022)

De maneira geral, como pode ser visto a população rural reduziu de forma significativa ao longo dos tempos, este fator não pode ser analisado de forma isolada, do ponto de vista dos números, mas sim merece ser visto de forma

ampliada, pois este fato gera impactos positivos e negativos, tanto nas cidades e nos mais variados espaços rurais do nosso país.

2.2. POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO CONTEXTO DA JUVENTUDE RURAL

Conforme visto nos capítulos anteriores, os números mostram a expressiva redução da população rural nos últimos anos. Neste sentido, um dos fatores que merece maior atenção é com relação à evasão da população mais jovem, pois conforme os dados do IBGE no Brasil, entre os anos 2000 e 2010, a população jovem com idade entre 15 e 29 anos do meio rural, reduziu de 8.604.355 (oito milhões seiscentos e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco jovens) no ano 2000 para 7.822.452 (sete milhões oitocentos e vinte dois mil quatrocentos e cinquenta e dois jovens) em 2010, o que representa 9,08% de redução da população nesta faixa etária, ou seja, 781.903 (setecentos e oitenta e um mil novecentos e três) jovens a menos no meio rural brasileiro em 10 anos. Quando analisamos os mesmos dados no estado de Santa Catarina, no ano 2000, existiam 285.550 (duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta) jovens vivendo no meio rural, com idade entre 15 e 29 anos, já em 2010, esse número reduziu para 240.960 (duzentos e quarenta mil novecentos e sessenta), representando uma redução de 15,61% da população nesta faixa etária, o que representa uma redução de 44.590 (quarenta e quatro mil quinhentos e noventa) jovens ao longo de 10 anos.

No Brasil, no ano 2000, entre os jovens de 15 e 29 anos, existiam cerca de 4.011.291 (quatro milhões onze mil duzentos e noventa e uma) moças e 4.593.064 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil e sessenta e quatro) rapazes, já em 2010, existiam cerca de 3.673.157 (três milhões seiscentos e setenta e três mil cento e cinquenta e sete) moças e 4.149.295 (quatro milhões cento e quarenta e nove mil duzentos e noventa e cinco) rapazes no meio rural brasileiro. Ao compararmos os resultados deste período de 10 anos entre os anos 2000 e 2010, percebe-se que, no Brasil, houve uma redução maior entre os rapazes frente as moças; ou seja, em 10 anos, a população entre 15 e 29 anos reduziu na ordem de 338.134 (trezentos e trinta e oito mil cento e trinta e

quatro) moças e 443.769 (quatrocentos e quarenta e três mil setecentos e sessenta e nove) rapazes.

No estado de Santa Catarina, conforme o IBGE, no ano 2000, eram 134.323 (cento e trinta e quatro mil trezentos e vinte três) moças para 151.227 (cento e cinquenta e um mil duzentos e vinte sete) rapazes; já em 2010, eram 113.400 (cento e treze mil e quatrocentas) moças para 127.560 (cento e vinte sete mil quinhentos e sessenta) rapazes, sendo que em 10 anos, esta população reduziu em 20.923 (vinte mil novecentos e vinte três) moças e 23.667 (vinte e três mil seiscentos e sessenta e sete) rapazes no meio rural catarinense.

Além destas questões e levando em consideração os dados do Censo Agropecuário IBGE, em 2006, o Brasil contava com 5.175.636 estabelecimentos agropecuários; o estado de Santa Catarina contava com 193.668 estabelecimentos agropecuários e a cidade de Lauro Müller/SC com 499 estabelecimentos agropecuários e que a população, com idade entre 16 e 29 anos, era em torno de 1.565.168 pessoas; e o município de Lauro Müller contava com 3612 pessoas, considerando que 16% destes viviam no meio rural; tínhamos 250.427 jovens no estado de Santa Catarina; ainda considerando que o percentual de jovens que viviam no meio rural de Lauro Müller era de 22,69%, tínhamos aproximadamente 823 jovens para 677 estabelecimentos agropecuários. Conforme os dados do IBGE, em 2010, entre estes 823 jovens, o município de Lauro Müller/SC contava com cerca de 162 rapazes e 144 moças com idade entre 15 e 19 anos; e ainda 269 rapazes e cerca de 248 moças com idade entre 20 e 29 anos.

Por mais que o cidadão tenha liberdade para tomar suas decisões ao longo da vida, a partir das oportunidades e das escolhas feitas por cada um, este fluxo migratório da população rural para os centros urbanos gera muitas questões que merecem atenção, pois muito mais do que os números podem mostrar, a temática da evasão ou da migração da população rural para os centros urbanos, representa também o que podemos chamar de erosão de conhecimentos, erosão de talentos, erosão de habilidades e competências para conduzir não só as atividades produtivas, mas também a preservação dos espaços dos territórios rurais, a preservação do meio ambiente, bem como na redução da força de trabalho existente no meio rural.

“O movimento migratório ou de permanência do jovem no campo não se explica em si mesmo, mas dentro do respectivo contexto sociocultural, econômico e político.” (Boniatti, et. al, 2024, p.260). Muito mais do que a simples migração da população rural para as áreas urbanas, com destaque para os mais jovens, a questão sucessória no meio rural é algo muito mais amplo do que a simples definição de quem assumirá a propriedade da família no futuro. Possibilita a garantia da permanência do modo de viver e produzir no meio rural e das características típicas da agricultura familiar, além da ocupação dos espaços dos territórios rurais do país, bem como a garantia da continuidade da produção de alimentos que vão para a mesa dos brasileiros diariamente e da preservação do meio ambiente, são aspectos estratégicos ligados diretamente ao modelo de vida característico da agricultura familiar.

Além destes aspectos, destacamos a importância do reconhecimento de como ocorre atualmente o debate no ambiente familiar sobre a escolha do sucessor, se as famílias têm, ou não, a opção de escolha de quem será o sucessor. Se tiver opção, como é feita esta escolha entre os filhos e as filhas, também, é importante conhecer de que forma é planejada e realizada a transmissão do patrimônio, bem como a gestão do empreendimento rural familiar, pois a agricultura familiar é aquela onde a gestão e a execução do trabalho são realizadas pelas mesmas pessoas, e compartilham laços de parentesco entre eles. Além disso, esta característica exige uma grande sensibilidade para planejar, organizar, dirigir e controlar os negócios da família de forma coletiva. Ainda, é necessário conhecer se a opção de permanecer no campo enquanto agricultor faz parte dos objetivos e do projeto de vida dos(as) jovens, uma vez que o espaço rural é hoje um ambiente rico em oportunidades para a realização de atividades rurais não agrícolas, possibilitando que continuem no campo sem necessariamente serem agricultores(as), mesmo reconhecendo a grande importância e valiosa contribuição dos(as) agricultores(as) familiares para o desenvolvimento rural no passado, no presente e no futuro para toda a sociedade.

Também é extremamente relevante quando se pensa na importância e da necessidade atual e urgente do fortalecimento e manutenção da Agricultura Familiar, visando a criação de políticas públicas de acesso ao crédito,

contribuindo para o acesso à informação, conhecimento e tecnologia que possam ampliar a eficiência da agricultura em todo o território nacional. Além disso, conforme aponta Boniatti, et. al, é importante,

Considerar o jovem como um indivíduo sujeito de sua história, talvez seja a primeira condição para que possam ser desenvolvidas políticas públicas que tragam respostas ao enfrentamento do êxodo de jovens do meio rural. Incluir o jovem para participar da construção de políticas públicas parece ser um aspecto bastante importante, pois como sujeito de sua história poderá contribuir efetivamente na solução dos problemas apresentados. (Boniatti, et. al, 2024, p.274).

Pois, a ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais (Matte, 2016). Por outro lado, conhecer os fatores que contribuem para a permanência também merece atenção. Pois de acordo com Kummer e Colognese (2013), pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas: a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Desta forma, segundo os autores, “se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual.” (Kummer; Colognese, 2013). Martins, 202, aponta para a influência do processo de êxodo rural,

Há de observar que os estudos de juventude, sob a influência da dinâmica do êxodo rural que marcou o Brasil nas últimas décadas, não alteraram sua rota, persistiram, a sua maior parte, no destaque dado à saída dos jovens do campo e às eventuais implicações desse fenômeno nos processos de sucessão rural, mesmo diante de alterações estruturais e conjunturais na última década e meia. (Martins, 2021, p.105).

3 JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.

Diversos estudos apontam, desde a década de 1990, a necessidade de aprofundamento do debate sobre juventude rural no Brasil e a busca por compreender os motivos da saída dos jovens do campo e, conseqüentemente, sobre a questão da sucessão no meio rural. “Esse contexto de expansão do debate em torno da juventude, em específico, da juventude rural, teve rebatimentos na academia, com a ampliação do número de estudos acerca da temática e o seu redirecionamento para a compreensão da permanência dessa juventude no campo.” (Martins, 2021, p. 104). E após a segunda metade dos anos 2000, o foco foi na direção das causas da permanência dos jovens no meio rural, conforme aponta Martins (2021).

A gênese dos estudos de juventude rural no Brasil remonta à segunda metade da década de 1990. Durante muito tempo, estas pesquisas buscaram compreender os determinantes da saída dos jovens do campo e a repercussão desse fenômeno no processo de sucessão rural. Na segunda metade dos anos 2000, no contexto de implementação de políticas de desenvolvimento rural, os estudos de juventude rural passaram a se dedicar ao entendimento das causas da permanência dos jovens no campo. Essa mudança de enfoque decorre de transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas no rural brasileiro nas últimas décadas e, correlato, da consolidação da juventude rural como ator político de destaque no interior de importantes movimentos sociais rurais. (Martins, 2021, p. 95).

O debate sobre a questão da sucessão no meio rural não é exclusividade do Brasil, “a escassez de jovens interessados pela agricultura e as incertezas no processo de sucessão geracional nas propriedades são realidades que afetam muitos países, incluindo a Espanha. Nesse país, menos de um terço dos agricultores são considerados jovens.” (Pollnow et al., 2023, p 01). Em seu artigo produzido com o objetivo de “trazer percepções e reflexões sobre o tema com base em depoimentos de representantes das organizações sindicais espanholas ligadas, sobretudo, à agricultura familiar” identificou entre os resultados o que também pode ser comparado com a realidade brasileira, e refletiram a construção de cinco categorias de análise: acesso à terra e investimentos iniciais; formação socioprofissional; rentabilidade dos

estabelecimentos; serviços e infraestrutura no meio rural; e, políticas públicas para a juventude rural. Os autores ainda complementam que,

No agro espanhol há setores dinâmicos e inovadores. Não obstante, a sucessão geracional se apresenta como um tema de importância transcendental. Representantes das organizações entrevistadas manifestaram preocupação com a escassez de jovens agricultores e com o futuro da agricultura. A pesquisa apontou que sucessão geracional, a instalação de jovens na agricultura e a renovação geracional da população rural são questões complexas, as quais devem ser afrontadas de maneira integral e efetiva, sobretudo porque seus desdobramentos afetam à sociedade como um todo. (Pollnow et al., 2023, p 01).

Conforme Pollnow, “Há muita especulação em torno do porquê muitas explorações familiares acabam se inviabilizando ante a inexistência de sucessores.” (Pollnow et al., 2023, p 02). Em sua pesquisa ele ainda cita que diversas pesquisas apontam para alguns aspectos como,

[...] demográficos (envelhecimento dos titulares, queda nas taxas de natalidade na população agrária, etc.), nos fatores econômicos (maior custo de produção acompanhado do progressivo declínio dos preços dos produtos), nos aspectos estruturais (precariedade dos serviços de saúde, educação, energia elétrica, etc.), ao passo que outros dirigem sua mirada em relação a aspectos psicossociais, como no caso da progressiva falta de identificação dos/das jovens com a agricultura e com a realidade rural. (Pollnow et al., 2023, p 02).

O autor ainda complementa “O que nos parece lógico é que, isoladamente, nenhuma dessas razões é capaz de oferecer respostas satisfatórias a um fenômeno de tamanha complexidade.” (Pollnow et al., 2023, p 02). No Brasil, dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. (Wanderley, 2007, p.41).

Além disso, estes estudos e o próprio movimento de redemocratização vivenciado abriu espaço não só para a juventude rural passar a ser visto como um importante ator social no meio rural, mas também para o modelo de agricultura pautado pelo modelo familiar, ou seja, a agricultura familiar, que, conforme Martins (2021, p.97) aponta

[...] a partir dos anos 1990, o surgimento de um novo ator político: a agricultura familiar. Uma categoria genérica que passa a agrupar um conjunto variado de sujeitos sociais (pequenos agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, pescadores artesanais etc.). A pressão de importantes movimentos sociais/sindicais rurais, estruturados ao redor dessa categoria política, produziu respostas do Estado às demandas históricas desses atores (terra, trabalho, crédito, previdência social, educação, saúde etc.). (Martins, 2021, p. 97).

Uma das grandes contribuições da juventude para a agricultura familiar seja a promoção da sucessão no campo e garantia da soberania alimentar. Mas é preciso pensar em reformas para que a sucessão rural se torne realidade e se fortaleça. É necessário acesso ao crédito especial, reforma agrária, educação e incentivo inclusive para os pais, para que possam ter força para convencer os jovens a ficar no campo. Conforme Pesquisa Nacional de Insegurança Alimentar (PNIAA) – Rede PENSSAN (2023)³, no ano de 2022, mais de 33 milhões de brasileiros estavam passando por algum tipo de insegurança alimentar, embora atualmente este número tenha reduzido de maneira significativa atualmente para algo em torno de 8,7 milhões em 2023⁴ (IBGE), há que se pensar seriamente no que a Agricultura Familiar e, necessariamente, o debate sobre a sucessão no campo, a qual faz parte e um processo que passa desde o cuidado com o meio ambiente, a manutenção das culturas feitas pelos pais e avós, envolvimento comunitário entre outras ações importantes neste processo. E mais: é preciso que sejam valorizados os jovens que vivem no campo. Eles são necessários para produzir alimentos, e acima de tudo, é preciso que eles tenham condições para continuar morando no campo. A juventude precisa lutar para a construção de políticas públicas. Neste caso, Boniatti afirma que,

Aos poderes públicos municipal, estadual e federal cabe o papel de garantir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades rurais, promover políticas públicas de acesso a terra, ao crédito, a educação a pesquisa e extensão rural. Também importante garantir

³Disponível em https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2023/07/Nota-Rede-PENSSAN_final.pdf

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada no dia 25 de abril de 2024, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

uma estabilidade econômica e valorização da produção primária, em especial aquela que pode chegar direto a mesa do consumidor. (Boniatti, et. al, 2024, p.274).

3.1. O ÊXODO E OS CONFLITOS DO PROCESSO DE SUCESSÃO.

Abramovay et al. (1998) afirmam que o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ainda, segundo Abramovay et al. (1998), “o que caracteriza a agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital.” Abramovay et al. (1998) afirma que “este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar.”

A conjuntura atual vivida pela população do meio rural, com relação à redução de parcela significativa dos seus membros, com altos índices de evasão principalmente entre os mais jovens, como será visto nos capítulos seguintes, nos provoca refletir sobre o tema da sucessão no meio rural, pois o estudo do tema sucessão, especificamente na Agricultura Familiar, nos mostra um horizonte amplo de questões que merecem atenção e aprofundamento para transformar a realidade, em torno de um aspecto que é resultado da falta ou da fragilidade do debate sobre a sucessão no ambiente familiar. “A sucessão na agricultura familiar tende a ser endógena, com pelo menos um filho sucedendo o pai na administração da unidade produtiva.” (Boniatti, et. al, 2024, p.258). Neste sentido, Wanderley (2007) evidencia dois caminhos para a reflexão e aprofundamento do tema, em primeiro, propõe-se que em lugar de procurar responder à questão ‘por que os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’ (Wanderley, 2007); a autora ainda reforça que “a formulação desta questão implica o conhecimento efetivo de instalação dos jovens, em atividades agrícolas ou não agrícolas, assim como das condições de vida e trabalho no meio rural” (Wanderley, 2007, p.50).

O segundo caminho trata de “examinar os aspectos que favorecem a instalação dos jovens como agricultores e os motivos de fracasso na sucessão geracional dos estabelecimentos familiares” (Wanderley, 2007, p.51). A autora ainda sugere que incluam a

[...] perspectiva de gênero, que possam explicar tanto as condições em que rapazes e moças permanecem no meio rural como as que viabilizam o acesso de jovens de ambos os sexos ao controle dos estabelecimentos familiares (Wanderley, 2007, p.51).

Essa problemática está diretamente relacionada à evasão ou a migração da população rural para as áreas urbanas, em especial no que diz respeito aos mais jovens, pois de acordo com Matte e Machado (2016), este fenômeno tem gerado uma série de incertezas que vão além da continuidade das famílias e das atividades produtivas:

A ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais. Por outro lado, o meio urbano tem sido o principal destino dos não sucessores e, grosso modo, o “responsável” por absorver esse grupo social. Ao direcionar um olhar mais detalhado sobre essa dinâmica no rural, é possível observar que além do esvaziamento populacional, a saída seletiva dessa população tem gerado um contexto de incertezas, dado principalmente pela saída de jovens rurais. (Matte; Machado, 2016, p.02).

Conforme Abramovay et al. (1998), embora a questão sucessória seja decisiva em qualquer empreendimento familiar, no caso de que tratamos aqui ela tem uma particularidade decisiva, pois o negócio exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais que uma família. Isso acontece por conta da dificuldade de se dividir a área da propriedade entre os filhos para que cada um possa se estabelecer e tirar dali o sustento da sua família, pois a mesma acaba perdendo o tamanho mínimo para garantir sua viabilidade. Para Wanderley (2007),

[...] as sucessivas divisões da terra, chega-se a um limite de viabilidade que pode comprometer a partilha igualitária da terra, pois a área destinada aos herdeiros não é capaz de garantir a subsistência de todos. Também as terras disponíveis vão se tornando escassas com a

progressiva ocupação do espaço e esgotamento da fronteira agrícola (Wanderley, 2007, p.43).

Boniatti et. al, reforça afirmando que,

O ambiente atual da agricultura familiar caracteriza-se pela impossibilidade de divisão da propriedade familiar e dificuldade de aquisição de novas terras em virtude da estrutura fundiária extremamente concentrada. A falta de terra reduz as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas pelos jovens e, por sua vez, diminui o escopo de opções de trabalho no campo. (Boniatti, et. al, 2024, p.260)

Além disso, “os conflitos geracionais se apresentam no caso específico da agricultura familiar, diferente das grandes e médias empresas onde esta situação se apresenta com frequência na terceira geração.” (Abramovay, et al. 1998). Por conta disso, algumas consequências têm sido recorrentes, como o envelhecimento da população remanescente, a masculinização, as dificuldades na constituição de novas famílias e pais sem garantias de cuidados na velhice (Matte; Machado, 2016).

A relevância do estudo sobre a questão sucessória no meio rural também pode ser vista a partir da continuidade no curto, médio e longo prazos, das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, espaço onde se busca garantir a manutenção das famílias e a continuidade delas, através das futuras gerações no meio rural por meio das atividades agrícolas ou de atividades rurais não agrícolas; ou seja, tudo aquilo que esteja relacionado ao ambiente interno das propriedades rurais familiares. Conforme aponta Wanderley (2007), este fato tem

[...] grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola (Wanderley, 2007, p.42).

Este fenômeno também pode ser visto a partir dos estudos de Almeida (1986), em que nos apresenta duas estratégias de reprodução da unidade familiar. A primeira de ciclo curto que diz respeito a combinação de

trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo: trata-se do que se tem chamado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual. E a segunda trata de como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. O foco na primeira perspectiva é a lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo; o foco da segunda perspectiva é a lógica de parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança (Almeida, 1986).

Na reprodução de ciclo longo, também, são acrescentadas as questões relativas à formação das novas gerações de agricultores, como a sucessão e a retirada dos pais do comando do estabelecimento (Matte; Machado, 2016). “Ao se constituírem simultaneamente como unidades de produção e de consumo, estas famílias e as gerações que as antecederam tinham como objetivo a reprodução da própria unidade familiar” (Wanderley, 2007, p.42).

A autora reforça que “os elementos necessários a isso são, além do que se necessita para a reprodução imediata (como alimentos), estratégias que possibilitem a reprodução da condição social de agricultor (reprodução geracional)” (Wanderley, 2007, p. 42). A autora ainda complementa,

Neste ponto se coloca a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; é necessário determinar quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade. (Wanderley, 2007, p.43).

Neste sentido, Gonçalves e Soares, reforçam a importância deste debate para a reprodução social das famílias,

Esse é um fator real da continuação do trabalho dos pais no campo e os responsáveis naturais para tal seriam os filhos e esse interesse deveria ser despertado nos mesmos enquanto são jovens, portanto, essa inquietude se dá também por parte dos pais, pois precisam desses jovens para garantirem a reprodução social. (Gonçalves e Soares, p. 111)

“A reprodução social da agricultura familiar é posta em risco, uma vez que, por diferentes razões, os jovens e, principalmente, as mulheres passam cada vez mais a construir projetos profissionais que indicam ruptura com a agricultura.” (Boniatti, et. al, 2024, p.258), A autora ainda acrescenta que

Entre os motivos indicados para a migração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades de trabalho remunerado – fatores de atração –, e, de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola – fatores de expulsão. Mas também atuam como fatores de retenção a segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida. (Boniatti, et. al, 2024, p.258)

Desta forma, podemos considerar que este fato busca garantir a reprodução social da agricultura familiar a curto e a longo prazo, dando continuidade e garantindo o processo de transferência do patrimônio adquirido pelas famílias ao longo das gerações. Além disso, conforme aponta Matte e Machado (2016), é por meio da característica referente à passagem do patrimônio e da gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações que a agricultura familiar assegura a sua reprodução social ou a sua continuidade.

Neste ponto, vale trazer e situar o debate para o conceito de família, pois, conforme Almeida (1986), as pesquisas de produção agrícola familiar tomam como foco uma unidade doméstica: uma casa, um lote de terra, um conjunto de pessoas. Essas pessoas são descritas então como uma família. Esse autor pontua que o problema de definição remete a significados distintos: (I) Numa primeira acepção, família são as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica. São os que compartilham uma casa e uma cozinha; e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente (grupo doméstico). (II) o grupo doméstico, para ser família, constitua-se de parentes. E que os parentes seriam, pessoas ligadas, por uma linguagem de filiação e casamento.

Neste sentido, outro fator importante e estratégico no debate sobre sucessão familiar no meio rural se situa no ambiente interno das unidades familiares no que diz respeito à gestão (planejamento, organização, direção e controle) da propriedade rural familiar, onde as atividades produtivas são

exercidas pelas mesmas pessoas e que mantém entre si laços familiares. “Internamente à família rural, o principal fator é a divisão social do trabalho, em que predomina a subalternidade da mulher no desenvolvimento das atividades econômicas. Como resultado, o contingente feminino que migra para as cidades é maior que o masculino.” (Boniatti, et. al, 2024, p.260)

Segundo Abramovay et al. (1998), o que caracteriza a agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Além disso, Abramovay et al. (1998) afirma que este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. Para Wanderley (2007):

[...] as terras disponíveis vão se tornando escassas com a progressiva ocupação do espaço e esgotamento da fronteira agrícola. Neste ponto se coloca a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; é necessário determinar quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade. Dada a inviabilidade da permanência (Wanderley, 2007, p. 43).

Outro aspecto relevante no estudo da questão sucessória, está relacionado a algo que extrapola os limites das propriedades rurais e avança sobre o ambiente externo. Sobre os fatores externos, Boniatti, et al. nos mostra que,

Como fatores externos, podem-se destacar questões culturais como a glamorização da cidade e a desvalorização do ambiente rural. A educação formal oferecida pelo Estado, além de ser frequentemente precária, está moldada sob uma visão urbana, com conteúdo e métodos de ensino não adequados ao ambiente de vida rural. Outro fator externo é a questão do acesso à terra. O ambiente atual da agricultura familiar caracteriza-se pela impossibilidade de divisão da propriedade familiar e dificuldade de aquisição de novas terras em virtude da estrutura fundiária extremamente concentrada. A falta de terra reduz as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas pelos jovens e, por sua vez, diminui o escopo de opções de trabalho no campo. (Boniatti, et. al, 2024, p.259)

Este aspecto está relacionado com a garantia da reprodução social do modelo de agricultura desenvolvido pelo conjunto dos agricultores e suas

famílias. Ele diz respeito ao fortalecimento e as garantias para a continuidade desta categoria, que está relacionada aos esforços para evitar a evasão da população rural para os centros urbanos, em especial aos mais jovens. Pois os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas (Wanderley, 2007). Quanto aos fatores que tem provocado este movimento, a autora cita, de um lado, “os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão)” (Wanderley, 2007, p 36). “De um modo geral, o fluxo demográfico do campo para a cidade ocorre em razão de fatores externos e internos à família camponesa, que estão entre si correlacionados.” (Boniatti, et. al, 2024, p.259)

O estudo do tema Sucessão na Agricultura Familiar nos mostra um horizonte amplo de questões que merecem aprofundamento. Entre eles, destacamos o reconhecimento de como ocorre atualmente o debate no ambiente familiar sobre a escolha do sucessor, se as famílias têm, ou não, a opção de escolha. Se tiver opção, como ocorre a escolha entre os filhos e as filhas; também, é importante conhecer de que forma é planejada e realizada a transmissão do patrimônio, bem como a gestão do empreendimento rural familiar.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. (Wanderley, 2007, p.36)

Desse modo, a sucessão representa a continuidade da atividade produtiva. Ela assegura a passagem do patrimônio à próxima geração, garante cuidado aos pais na velhice, impede o esvaziamento das comunidades rurais e o isolamento daqueles que nelas permanecem e podem contribuir com a produção para o consumo local (Matte; Machado, 2016).

Ainda, é necessário identificar se a opção, de permanecer no campo como agricultor, faz parte dos objetivos e do projeto de vida dos jovens, uma vez

que o espaço rural é hoje um ambiente rico em oportunidades para a realização de atividades rurais não agrícolas, o que possibilita aos jovens continuarem no campo sem necessariamente serem agricultores.

Este tema ainda é extremamente relevante quando se pensa na importância e na necessidade urgente do fortalecimento e manutenção do setor agropecuário brasileiro, mais especificamente da agricultura familiar, visando a criação de políticas públicas de acesso ao crédito, a conectividade, a melhoria nas vias de acesso e nos meios de transporte. Condições fundamentais para o acesso a informação, conhecimento e tecnologia que possam ampliar a eficiência da agricultura em todo o território nacional, por conta da sua grandiosa contribuição para a sociedade brasileira nos aspectos econômico, social e ambiental. Além disso, as propriedades de cunho familiar são as que mais preocupam, pois são importantes fornecedoras de alimentos para o mercado interno brasileiro. Responsáveis por empregar parcela da população rural, preservam um modo de vida particular, dando sentido às comunidades rurais (Matte; Machado, 2016).

Como visto até então, grande parte dos trabalhos relacionados à juventude rural e à sucessão na agricultura familiar tem tratado dos fatores que levam os jovens a deixarem o campo, ou seja, os motivos que fizeram os jovens saírem de suas casas e migrarem para os centros urbanos. Por outro lado, é extremamente necessário conhecer os fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural. Pois, de acordo com Kummer e Colognese (2013, p.203), “os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas: a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar)” (Kummer, 2013, p.203).

Desta forma, considerando que, segundo o IBGE, Lauro Müller/SC conta com mais de 70% do seu meio rural ocupado pela agricultura de base familiar, faz-se necessário entender e saber se os jovens rurais e a questão da sucessão estão presentes nos principais espaços de debate em torno do desenvolvimento rural e se estão contemplados nos planos e projetos de desenvolvimento do município. A identificação destes fatores vai possibilitar não só a continuidade da agricultura de base familiar, mas também indicar ações

efetivas que podem ser replicadas em toda região para auxiliar na formulação de políticas públicas de Desenvolvimento Rural.

Este fato não pode ser analisado de forma isolada, pois desta forma não é possível demonstrar a amplitude e a complexidade do tema quando se procura compreender o fenômeno das migrações do espaço rural. No entanto, se não cabe isolar, não cabe também os diluir numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras (Wanderley, 2007). Também precisamos compreender os conceitos e a relação existente entre o urbano-rural ou cidade-campo em busca do desenvolvimento rural. Porém, lembrando sempre que “comparar as dificuldades da vida rural com as facilidades da vida urbana é um exercício fácil, mas nem sempre verdadeiro. A comparação entre o modo de vida urbano e o rural, frequentemente, influi os jovens a considerar a agricultura mais negativa que positiva.” (Boniatti, et. al, 2024, p.259).

3.2. A JUVENTUDE RURAL NO CONTEXTO RURAL E URBANO.

Quando passamos a analisar os conceitos que estão inseridos na temática relacionada a juventude rural, também, é necessário discutir o que seria urbano e rural a partir da realidade dos municípios brasileiros. Neste sentido, não podemos considerar somente a partir das atividades produtivas desenvolvidas no espaço rural ou urbano, pois conforme afirma José Graziano da Silva (2002), em seu estudo “O novo rural brasileiro”, que é relativamente arbitrário introduzir um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida pelo indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) para definir a situação de rural ou urbano do aglomerado onde ele reside.

O autor ainda afirma que não pode ser critério a busca por moradia próxima aos bens e serviços até então tidos como sendo exclusivos das áreas urbanas como água encanada, luz elétrica, asfalto, coleta de lixo e próxima de equipamentos de saúde, educação e recreativos, pois ainda que persistam diferenças entre o grau de acesso a estes produtos e serviços nas áreas urbanas

e rurais, as políticas públicas de desenvolvimento rural tem se esforçado em levar estas melhorias para a população do meio rural. (Graziano da Silva, 2002).

Neste sentido, José Eli da Veiga (2003) nos mostra que inicialmente a definição de “cidade” ou do que é “urbano” no Brasil, se deu pelo Decreto 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independente das suas características sociais, culturais, ambientais, produtivas e territoriais. Desta forma, cabe aos municípios definirem os limites da sua área urbana, a partir desta definição, excluindo-se estas áreas, temos o aparecimento do espaço territorial conhecido como área rural. Veiga ainda reforça que a partir de 1991 para realização dos seus estudos o IBGE definiu 03 categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não-urbanizadas e urbanas-isoladas) e 04 (quatro) para os tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros).

Ao falarmos sobre o espaço rural no Brasil precisamos compreender o grande campo de análise e estudos que temos e podemos fazer a partir da infinidade de projetos e programas que se encontram sobrepostos neste ambiente, sejam eles na esfera pública ou privada, seja no aspecto pessoal ou profissional das pessoas que vivem a realidade do mundo rural. Um ambiente que no debate sobre a reprodução da agricultura familiar, seja ela considerada reprodução de ciclo curto ou longo, encontramos conflitos de gênero e de geração, um espaço com muitas dúvidas quanto à sucessão familiar no âmbito das famílias rurais, com altos índices de evasão do espaço rural para os centros urbanos, um espaço de disputa por projetos, de disputas econômicas, de luta pelo acesso ao crédito, de conflitos de visões produtivas e políticas distintas, conflitos de interesse por acesso à terra e ainda em torno da forma de utilização dos recursos naturais, onde as diversas correntes de pensamento e ideologias pautam os debates nas esferas pública municipal, estadual e federal. Neste ponto, Martins, (2021) aponta para os principais espaços de organização da juventude rural a partir dos anos 2000,

[...] o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); os Encontros de Juventude do Campo e da Cidade, organizados pelo MST em diferentes estados nos anos 2002 e 2006; os Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar, realizados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf Sul) em 2003 e 2006; o Seminário do Programa

Jovem Saber, conduzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no ano de 2006; o VI Campamento Latino-Americano de Jóvenes e o I Seminário da Juventude da Via Campesina, ambos realizados em 2006. Acrescentaríamos a esse quadro, as seis edições da Jornada Nacional do Jovem Rural, realizadas de 2005 a 2015 pela Rede Jovem Rural, e as quatro edições da Jornada (Inter) Nacional da Juventude Rural, realizadas entre 2007 e 2015 pela Contag (Martins, 2021, p. 104)

Este campo de disputas fica ainda mais polarizado quando encontramos no Brasil no âmbito do governo federal dois ministérios que atuam muitas vezes de forma sobreposta na mesma região de atuação, porém com objetivos distintos, sendo um deles o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que é o principal responsável pelas políticas públicas de reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural com foco nos agricultores familiares, ou seja, direcionando suas políticas para a produção de alimentos da cesta básica e a diversificação produtiva. E de outro lado o Ministério da Agricultura que tem como foco das suas ações o estudo e a execução da política agrícola e agrária do governo, competindo-lhe orientar, estimular e fiscalizar as atividades rurais com um forte direcionamento para as atividades ligadas a monocultura e para a exportação de commodities. Sobre esta polarização, Schneider, (2010), destaca que:

A base destes argumentos assenta-se na ideia de que existe uma oposição e uma polarização entre a forma familiar e a patronal empresarial, cuja distinção estaria no fato de uma ser destinada mais para produção de produtos de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria commodities, sobretudo para exportação. Daí deriva um dualismo que, na prática, traduz-se numa acirrada disputa política e ideológica permanente entre o assim chamado agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas apressadamente em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. (Schneider, 2010, p.517)

Ao se falar de desenvolvimento rural e da importância da Agricultura Familiar vale ressaltar, conforme Castro afirma “que o grupo de agricultores reunidos sob a égide do epíteto “familiar” não constitui um grupo homogêneo” (Castro, 2023, 7), além disso, também temos que ter a noção e a compreensão da grandiosidade de conceitos, valores, modos de produção, formas, sua

trajetória ao longo dos tempos, bem como da sua importante contribuição para atender a inúmeras funções perante a sociedade, as quais destacamos, a dinâmica de reprodução socioeconômica das famílias, a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, a manutenção do tecido social e cultural, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Também se faz necessário compreender a diversidade de formas e modelos que na totalidade formam o conjunto do que se conhece por agricultura familiar, conforme destaca Castro, 2023.

As características são muito variadas, sejam em função de fatores naturais dos estabelecimentos agropecuários (tamanho, tipo de solo, clima da região onde o estabelecimento se localiza, relevo, disponibilidade hídrica etc.), sejam em função de características do agricultor responsável pelo estabelecimento (homem ou mulher, idade, nível de educação etc.), sejam em função das características da produção agropecuária realizada no estabelecimento (mono ou poli cultivo, agricultura e/ ou pecuária, tipo de vegetal cultivado, tipo de animal criado, tecnologia empregada na produção, acesso a serviços de suporte à produção, renda auferida com a produção etc.), sejam, ainda outras diferenças significativas, não mencionadas (diversidade cultural, renda familiar proveniente exclusivamente da produção agropecuária do estabelecimento e/ou de outros meios etc.) (Castro, 2023, p. 07)

Mesmo diante desta diversidade de modelos e formas de desenvolvimento da agricultura de base familiar, também é possível compreender a importância da Agricultura Familiar, atualmente uma categoria definida por meio de lei, mas que teve um passado de muita luta e embates que levaram esta classe ao patamar de uma categoria política com pautas claramente definidas que contaram com o apoio de movimentos sociais que vinham buscando se recompor na década de 1990 e que contribuíram significativamente para a consolidação deste fenômeno, conforme destaca Schneider (2010),

As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT, que havia sido criado em

1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje. (Schneider, 2010, p.515)

Ainda conforme aponta Schneider, o modelo de agricultura pautado pela organização de base familiar sempre existiu e não se trata de novidade e que a década de 90 foi um momento de fortalecimento e ampliação da importância desta categoria fazendo um contraponto ao modelo proposto pelo agronegócio, considerando um dos momentos em que o debate se fortaleceu mais intensamente, conforme destaca Schneider,

O primeiro, e talvez o mais importante, fator a ser destacado está relacionado com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo. (Schneider, 2010, p.515)

Conforme pode ser visto até então, não podemos negar a grande relevância do tema e demais aspectos relacionados com a Agricultura Familiar, enquanto classe organizada e com base na sua estrutura em torno dos movimentos sociais em defesa desta categoria. Além disso, acreditamos que ela deve ser vista como uma classe de luta e defesa em busca de um modelo de agricultura pautado pela organização em torno da família e sua contribuição para o desenvolvimento rural.

A temática do Desenvolvimento Rural no Brasil representa em vários aspectos avanços significativos, principalmente no que diz respeito as políticas públicas existentes, específicas e diretamente direcionadas para a Agricultura Familiar. Uma vez que conforme destaca Castro o Brasil foi pioneiro na implementação de políticas públicas de larga escala destinadas ao público da agricultura familiar, especificamente com o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em meados dos anos 1990. (Castro, 2023, p. 20). Além disso, com o processo de redemocratização em meados e fins da década de 1980, movimentos sociais vinculados a questões afeitas ao mundo rural conseguiram, aos poucos, que o tema agricultura familiar fosse inserido na agenda política federal na década de 1990, cujo marco-conquista desse movimento, como mencionado, foi a criação do Pronaf em 1996 por meio de Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. (Castro, 2023, p. 20). Conforme aponta Schneider, um fator importante no processo de reemergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil resultou da crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. (Schneider, 2010, p. 516) Ainda conforme aponta Schneider,

Uma das principais ações foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Depois, através da criação da secretaria de desenvolvimento rural (SDRMAPA), também transferida para o MDA. Por último, deve-se registrar a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que passou a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil. (Schneider, 2010, p. 516)

Toda a luta em defesa da Agricultura Familiar, por meio do apoio dos movimentos sociais contribuiu para pressionar o governo federal a olhar com mais atenção para esta categoria e buscar elaborar políticas públicas de desenvolvimento rural que contemplasse as demandas vindas destes movimentos e também sugeriram a operacionalização destas políticas públicas, a partir da definição de conceitos mais abrangentes para a categoria que conforme já visto não é homogênea. Conforme aponta Castro 2023,

Evidentemente, por meio da análise do extenso rol de beneficiários das políticas destinadas aos agricultores familiares, que a opção do legislador brasileiro com relação à operacionalização do conceito de agricultura familiar foi a de adotar uma definição abrangente, conferindo, em última análise, um propósito de política social ampliada

para as políticas públicas da agricultura familiar, ou seja, que não apenas destinadas para agricultores. (Castro, 2023, p.21)

Por fim, sabendo que o grupo de agricultores reunidos sob a égide do epíteto “familiar” não constitui um grupo homogêneo (Castro, 2023, p.07) conforme já mencionado anteriormente, ainda conforme aponta Castro, (2023):

[...] as características são muito variadas, sejam em função de fatores naturais dos estabelecimentos agropecuários (tamanho, tipo de solo, clima da região onde o estabelecimento se localiza, relevo, disponibilidade hídrica etc.), sejam em função de características do agricultor responsável pelo estabelecimento (homem ou mulher, idade, nível de educação etc.), sejam em função das características da produção agropecuária realizada no estabelecimento (mono ou policultivo, agricultura e/ ou pecuária, tipo de vegetal cultivado, tipo de animal criado, tecnologia empregada na produção, acesso a serviços de suporte à produção, renda auferida com a produção etc.), sejam, ainda outras diferenças significativas, não mencionadas (diversidade cultural, renda familiar proveniente exclusivamente da produção agropecuária do estabelecimento e/ou de outros meios etc.) (Castro, 2023, p. 07).

Aliado a necessidade do fortalecimento e reconhecimento deste movimento e desta categoria reconhecida a partir da definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, ainda percebemos questões que merecem aprofundamento e a ampliação do debate na esfera acadêmica e na esfera pública, seja no executivo ou no legislativo, sejam eles municipais ou estaduais.

Além disso, é preciso avançar para outras áreas importantes e fundamentais para o desenvolvimento rural, do ponto de vista dos temas como o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como as possibilidades de avanço nos debates sobre o pagamento por serviços ambientais prestados pelos agricultores. Também, é preciso avançar com políticas públicas na área educacional buscando ajustar os planos de educação para a realidade vivenciada pelos jovens que vivem no meio rural, buscando encontrar meios para que os jovens rurais vejam as possibilidades de permanecerem no campo, gerando trabalho e renda a partir da sua autonomia e do seu protagonismo.

4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC

Nos capítulos anteriores, tratamos sobre a temática central desta pesquisa em âmbito nacional, estadual e municipal, especificamente sobre os temas relacionados com a evasão e/ou migração e, conseqüentemente, sobre a redução da população rural em comparação a urbana, também, quanto à questão da sucessão na Agricultura Familiar no meio rural, bem como sobre o Desenvolvimento Rural.

Neste capítulo, em um primeiro momento, apresentamos uma breve contextualização histórica e socioeconômica do município de Lauro Müller, com olhar para o tema específico desta pesquisa, buscando apresentar os principais aspectos que contribuíram para o desenvolvimento do município, desde o período da descoberta do carvão mineral, passando pela sua colonização, desenvolvimento até chegarmos na sua emancipação político administrativa. Na sequência, são apresentados indicadores da agricultura familiar e sobre a participação de jovens rurais no movimento econômico local, a fim de estabelecer possíveis relações com a sucessão na agricultura familiar

4.1 O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC.

“As terras onde hoje está localizado o município de Lauro Müller, pertenceram ao dote dado à princesa Isabel em razão de seu casamento com Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o Conde d’ Eu.” (Bez Batti, 2022, p.40). “Em Santa Catarina, relatos apontam que o carvão foi descoberto em 1822 por tropeiros que desciam a Serra do Rio do Rastro em direção ao município de Laguna.” (Corrêa, 2019, p. 15). “Os tropeiros que desciam a serra provenientes do planalto serrano tendo como destino a cidade de Laguna, tinham a localidade de Barro Branco como local de descanso para as tropas, e usavam as pedras encontradas para improvisar pequenos fogões, notando que muitas delas ardiam ao iniciar a combustão. (Bez Batti, 2022, p.40). Neste sentido, Milioli et al. 2023 aponta para este período reforçando o início desta história,

O município foi colonizado por imigrantes italianos. É conhecido também como o berço histórico do carvão nacional; surgiu aproximadamente em 1827, em virtude da exploração do carvão mineral, quando os tropeiros que passavam pela Serra do Rio do Rastro, em intercâmbio comercial entre os campos de Lages e Laguna, descobriram que as pedras pretas com que acendiam as fogueiras eram incandescentes. A exploração efetiva do carvão só começou em 1874, com a construção da estrada de ferro Dona Thereza Christina, que ligava o porto de Imbituba à cidade. (Milioli et al., 2023, p. 148)

A história da cidade de Lauro Müller se fortalece com a das expedições e pesquisas em torno da exploração e extração do carvão mineral na região, especificamente na região da antiga “Minas” como a atual Lauro Müller era conhecida. “A primeira tentativa de exploração econômica do carvão foi em 1861, por meio do político e diplomata Felisberto Caldeira Brandt, o Visconde de Barbacena,” (Corrêa, 2019, p. 15). Como visto, a história do carvão é até anterior ao período da colonização da região, que é datada de 1880, com imigrantes europeus, período em que os índios já ocupavam as terras da região.

Paralelo a este movimento da colonização a busca pelo carvão da região se fortalecia conforme pode ser visto em documentos oficiais disponibilizados no site oficial do município de Lauro Müller, trazem a informação de que a descoberta das primeiras jazidas estão registradas por volta do ano de 1841, quando os tropeiros que utilizavam a rota que passava por Lauro Muller como ponto de parada e descanso, e quando ao passarem pela localidade de Barro Branco utilizavam pedras que encontravam pelo caminho para fazerem pequenos fogões e essas pedras ardiam em brasa ao iniciar a combustão. “A descoberta de jazidas de carvão em Santa Catarina, mais precisamente na localidade de Barro Branco, atual distrito de Lauro Müller, chamou atenção do governo estadual que enviou uma comitiva para averiguar a descoberta.” (Bez Batti, 2022, p.40).

A descoberta das jazidas carboníferas data de 1841, quando o Dr. Júlio Parigot, comissionado pelo Governo, visitou a região, em estudos geológicos. Os primeiros indícios da existência de hulha negra foram dados em Laguna por tropeiros, procedentes do planalto serrano, que estacionavam na localidade de Barro Branco. Juntando pedras, usando-as como pequenos fogões improvisados, notaram que muitas delas ardiam, logo ao iniciar a combustão. (Lauro Müller a história, 2008, p. 06)

A partir deste momento, em 1861 o governo firmou contrato com Visconde de Barbacena para lavra do carvão mineral da região, porém somente em 1880 a extração iniciou em pequena escala. “Com o início dos trabalhos de mineração, mesmo sem conhecimento sobre a qualidade do carvão, o Visconde de Barbacena, em 1874, conseguiu autorização para construir uma ferrovia para transportar o carvão aos portos de embarque de Imbituba e de Laguna.” (Corrêa, 2019, p. 15). Especificamente, o ano de 1874 marcou o início da intervenção do estado na exploração do carvão mineral da região.

Em 1874, o Governo Imperial, por solicitação do Visconde de Barbacena, deu a um grupo inglês, a concessão para construir a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, concluída em setembro de 1884 e inaugurada em janeiro do ano seguinte. Este fato de suma importância para a região, motivou a exploração da primeira mina de carvão, no Quilômetro Um. Assim, surgiu a localidade conhecida então, por Estação das Minas, hoje Lauro Müller. (Lauro Müller a história, 2008, p. 06- 07)

“A região carbonífera recebeu investidores em 1916, para aplicação de recursos financeiros a fim de desenvolver a atividade mineraria, ocorrendo então a formação da primeira empresa mineradora para a exploração do carvão na região de Criciúma, a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA). (Corrêa, 2019, p. 16). Posteriormente, “acreditando-se na potencialidade econômica do carvão do estado, outras empresas foram se estabelecendo na região.” (Corrêa, 2019, p. 16). Entre as pioneiras estavam, “Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU), Companhia de Minas do Rio Carvão, Sociedade Carbonífera Próspera, Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco, Companhia Carbonífera Ítalo-Brasileira, Mina João Pessoa, Mina Esperança e Mina Rovaris & Minato.” (Corrêa, 2019, p. 16). “Nesta época de início de exploração do carvão, muitas vilas operárias foram criadas na região sul, e no território que hoje compreende Lauro Müller, podemos destacar as vilas operárias localizadas no distrito de Barro Branco e Guatá.” (Bez Batti, 2022, p. 41).

Ainda com relação ao princípio da exploração de carvão na cidade e na região “em 1930, no primeiro Governo de Getúlio Vargas, o carvão nacional

obteve apoio pelos dispositivos legais que o inseriram como importante insumo para o desenvolvimento industrial e como combustível acionando ferrovias e a navegação.” (Corrêa, 2019, p. 16). Este fato, aliado ao apoio governamental no sentido da criação de leis específicas que fortaleciam o setor possibilitaram que “em 1931 e 1937, foram elaboradas leis que obrigaram o consumo de 10 e 20%, respectivamente, de carvão nacional.” (Corrêa, 2019, p. 16) provenientes das jazidas da região.

Inicialmente conhecida como Minas, que a partir de 25 de setembro de 1905, passou a se chamar Lauro Müller, uma homenagem feita pelo então engenheiro Álvaro Rodovalho ao senhor Lauro Severiano Müller, personalidade da época que ocupou muitos cargos públicos, entre eles Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e governador do estado de Santa Catarina.

A 25 de setembro de 1905, a então Estação das Minas passou a ser denominada Lauro Müller, homenagem do engenheiro Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis ao então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller. Em maio de 1916, Henrique Lage reiniciou os trabalhos de extração do carvão, trazendo o engenheiro suíço Walter Verterli, a fim de proceder a sondagem e conhecer as possibilidades das jazidas. Foi o mesmo, nomeado gerente das então Minas de Lauro Müller, iniciando a exploração de carvão na localidade de Barro Branco. A construção da estrada de ferro interligando-nos ao porto de Imbituba e com a exploração da mina do Quilômetro Um, motivou a vinda de muitas famílias para esta região agora bem dotada de empregos e facilidades de locomoção e transporte da produção da agricultura familiar. Assim, surgiram os primeiros mineiros e a colonização agrícola também foi intensificada. Famílias de comunidades vizinhas, de várias etnias, vieram fazer parte da história desta cidade. A mina do Quilômetro Um foi a primeira mina de carvão mineral do Brasil, o que dá a cidade de Lauro Müller o título de Pioneira na extração do Carvão Nacional. (Lauro Müller a história, 2008, p. 07)

Sobre este período, Bez Batti, (2022) lembra que,

Com uma população mista entre a comunidade rural e os operários de carvão e mancipar o então distrito de Lauro Müller não foi tarefa fácil, como afirma Lopes (2008): foi necessário conquistar a maioria dos votos na Câmara de Vereadores de Orleans, e após a aprovação por cinco votos a favor e quatro contrários, foi preciso que os deputados estaduais também aprovassem essa divisão. Em 6 de dezembro de 1956 o então Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Paulo Konder Bornhausen, promulgou a lei nº 263, que criou o município de Lauro Müller. (Bez Batti, 2022, p. 42)

4.2 HENRIQUE LAGE E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE LAURO MÜLLER E REGIÃO.

Aqui é extremamente relevante citar a “atuação de Henrique Lage; homem de extraordinária visão, hábil estrategista, administrador carioca, com rara capacidade de articular peças complexas do tabuleiro econômico do país”, (Raimundo, 2012, p. 64) figura essencial para o desenvolvimento de Lauro Müller e de Santa Catarina. Sua trajetória, que começou na cidade natal, levou-o a se tornar um dos maiores nomes do Brasil no campo empresarial e cultural. Sua capacidade de conciliar o crescimento econômico com a valorização da cultura local fez dele uma figura única, cujo legado permanece vivo até hoje. “Estendeu seus investimentos a diversos setores da economia e manteve suas indústrias integradas com base na trilogia carvão, ferro e transporte, gerando progresso e modernidade no Sul catarinense. (Raimundo, 2012, p. 64)

Sua atuação nas áreas de mineração e infraestrutura ajudou a consolidar a economia local e fez com que o município passasse a ser visto com outros olhos no contexto estadual. Por meio de uma visão empreendedora, Henrique Lage se envolveu com a indústria, promovendo o desenvolvimento de pequenas e médias empresas que contribuíam para o crescimento econômico da região.

A proximidade com Lauro Müller e as cidades vizinhas também possibilitou que Henrique Lage tivesse um papel importante na expansão da rede de energia e na modernização da infraestrutura local. Ele foi um dos pioneiros na introdução de tecnologias que, mais tarde, impulsionaram a industrialização de Santa Catarina, um estado que começava a se destacar no cenário nacional.

O legado de Henrique Lage em Lauro Müller vai além de sua contribuição empresarial. Sua visão de futuro e a capacidade de unir o progresso econômico com a preservação da identidade local transformaram a cidade. Henrique foi um dos responsáveis por trazer à cidade novas oportunidades de trabalho, novas tecnologias e novos rumos para a economia local, além de promover eventos culturais e apoiar artistas da região.

Seu impacto foi sentido principalmente nas áreas de infraestrutura e no setor agrícola. Henrique Lage contribuiu diretamente para o desenvolvimento

de soluções que melhoraram as condições de vida da população de Lauro Müller, com especial atenção para a energia elétrica, transporte e a ampliação das redes de comunicação.

Na política Henrique Lage atuava buscando conciliar os interesses de desenvolvimento econômico da região com o fortalecimento dos seus negócios empresariais, tanto é que “na Câmara dos Deputados, no dia 25 de outubro de 1937, o então deputado Henrique Lage fez uma longa explanação comparando os portos de Laguna, Massiambu e Imbituba.” (Goularti, 2010, p. 246). Sua visão extraordinária estava visando a formação de um grandioso complexo ligado ao carvão mineral da região carbonífera, porém era necessário que houvesse apoio governamental naquele momento, pois “defendendo seus interesses, Lage alegava que Imbituba era o porto que melhores condições apresentava para o transporte do carvão. As obras estavam seguindo um ritmo muito lento, pois, segundo Lage, eram executadas apenas com recursos próprios.” (Goularti, 2010, p. 246)

Seu legado em Lauro Müller é também teve grande contribuição nas áreas social e cultural, com um impacto direto nas transformações que ocorreram em Santa Catarina durante sua vida. Henrique foi um grande defensor da modernização do estado, mas sempre com uma abordagem equilibrada, que levasse em consideração as características e necessidades locais.

Em Santa Catarina, apoiou eventos culturais, manifestações artísticas e músicos da região. Sua visão da arte como um fator de transformação social e econômica refletiu-se em seu desejo de tornar a cultura mais acessível, tanto para as camadas mais pobres quanto para as elites regionais.

No final dos anos 1930, as Organizações Henrique Lage estavam passando por dificuldades financeiras com dívidas crescentes e essa situação se agravou com a morte de Henrique Lage, em julho de 1941. Diante desta situação falimentar o Decreto-Lei 4.648, de 2 de setembro de 1942, incorporou ao patrimônio nacional todos os bens e direitos da Organização Lage e do espólio de Henrique Lage, uma vez que a única herdeira de Lage era sua esposa Gabriela Bezanoni, que era italiana. Como o Brasil havia declarado guerra ao Eixo e a Organização Henrique Lage estava quase insolvente, Vargas resolveu encampá-la. Pouco antes de ser encampada, em março de 1942, foram inauguradas as obras do porto, que estava sob responsabilidade de Francisco João Bocayuva Catão. (Goularti, 2010, p. 246)

Em Lauro Müller, ele deixou um impacto duradouro, transformando a cidade e contribuindo para o processo de modernização e integração do estado de Santa Catarina no cenário nacional.

4.3. LAURO MÜLLER E SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

Do ponto de vista político-administrativo, Lauro Müller iniciou como distrito do município de Orleans por meio da lei municipal nº 14, de 14 de outubro de 1921, ficando subordinado ao município de Orleans. Por um período de aproximadamente 35 anos, Lauro Müller ficou na situação de distrito de Orleans, quando em 6 de dezembro de 1956, foi elevado à categoria de município com a denominação de Lauro Müller, pela lei estadual nº 273, quando foi desmembrado de Orleans. Praticamente um mês e 14 dias depois, no dia 20 de janeiro de 1957, é instalado oficialmente o município de Lauro Müller. Posteriormente, pela lei municipal nº 02, de 17 de junho de 1958, são criados os distritos de Barro Branco e Guatá.

Às 11 horas da manhã do dia previsto, 20 de janeiro de 1957, na presença do Vice-Governador Heriberto Hülse, na sua sede provisória – uma sala cedida pela então Companhia Barro Branco - aconteceu o ato de instalação do novo município e a posse do Prefeito Provisório Izaac Bertoncini. (Lauro Müller a história, 2008, p. 10)

Como principais acontecimentos e fatos relevantes para a construção histórica da cidade de Lauro Müller e seu desenvolvimento registramos algumas datas consideradas relevantes, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Contexto histórico de Lauro Müller/SC

Ano	ACONTECIMENTO
1871	Havia na região apenas um caminho de tropeiros que ligava Laguna a Lages, mandado construir pelo Governo da Província, através de Decreto de Câmara Municipal de Laguna. O carvão foi descoberto pelos tropeiros, à beira deste caminho.
1827	Chega o primeiro especialista em pesquisa mineral chamado Friedrich Sellow, a mando do governo imperial.
1839	Guilherme Bouliech estuda o carvão de Santa Catarina. O geólogo Jules Parigot também é encarregado de estudar o carvão catarinense. Este, por

	sua vez, teve grande destaque em seus estudos, incentivando assim, a exploração carbonífera
1853	James Johnson começa a exploração do carvão de Santa Catarina, financiada pela Província. Não obteve sucesso devido à falta de escoamento.
1861	O Governo Imperial celebra contrato com o Visconde de Barbacena para a lavra de carvão mineral, numa área de duas Léguas Primeira Mina - Quilômetro Umas quadradas no local denominado de Rio Passa-Dois, hoje Lauro Müller. Barbacena forma uma empresa com capital inglês, denominada The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited, para tal finalidade.
1876	Por iniciativa pessoal do Visconde de Barbacena, é organizada e registrada, na cidade de Londres e com capital Inglês, uma companhia com a razão social de "The Donna Thereza Christina Railway Company Limited", que é autorizada a funcionar no Brasil, pelo decreto imperial nº 6.343, de 20 de setembro de 1876.
1876	A concessão para arrendamento da Thereza Christina é outorgada ao Visconde de Barbacena por 80 anos. A ferrovia passa para o Governo da República, em 1903 e é arrendada à E. F. São Paulo-Rio Grande, em 1910. Em 1918, o arrendamento é passado para a Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá, já pertencente ao grupo de Henrique Lage.
1884	A Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina é concluída. A primeira locomotiva "Visconde de Barbacena" percorre os 112 km de estrada de ferro, transportando o primeiro lote de carvão escavado no Brasil.
1919	Celebrada a primeira missa, em Lauro Müller, num barracão improvisado de capela. É administrado o Sacramento da Crisma por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo de Florianópolis.
1919	Henrique Lage, a pedido da esposa Gabriela Benzanzoni, constrói o Castelo, com doze apartamentos e cinco quartos, que servirá também para receber hóspedes ilustres. O Castelo foi concluído em 1924.
1921	Criado o Distrito de Lauro Müller, pela lei municipal nº 14, subordinado ao município de Orleans.
1924	Construção da ponte coberta no centro da cidade, que foi destruída na enchente de 1971.
30/07/1926	Falece, no Rio de Janeiro, Lauro Severiano Müller.
1933	Construída a nova capela de Santa Bárbara, no Distrito de Barro Branco.
1935	Início das atividades de exploração de carvão no Distrito de Guatá.
1936	Começa a construção do Clube União Mineira de Barro Branco.
1938	Ano da fundação do Esporte Clube Guatá e do Clube Recreativo Primeiro de Maio de Guatá.
01/01/1941	Acontece a primeira festa de Nosso Senhor do Bom Fim e São Sebastião, em Guatá. A data é escolhida por determinação do engenheiro Walter Weterli, da Companhia Barro Branco, é um feriado para não atrapalhar a jornada de trabalho dos mineiros.
1946	A Rádio Cruz de Malta nasce neste ano, quando Aldo Speck, juntamente com seu irmão e amigos, resolvem instalar uma estação de rádio. Funciona, inicialmente, como Serviço de Alto-Falante.
1947	Criação da Paróquia do Imaculado Coração de Maria, em Lauro Müller. Mons. Bernardo Peters foi o primeiro Pároco.

1947	Fundação do Clube Recreativo Cruz de Malta. Foi demolido na enchente de 15 de fevereiro de 1971 e, posteriormente, reconstruído em local mais seguro.
1953	Pela primeira vez, Lauro Müller é visitada por um Governador de Estado. Irineu Bornhausen e comitiva visitam e inauguram a nova estrada da Serra do Rio do Rastro, o atual percurso.
24/09/1950	Visita de Nereu Ramos, Vice-Presidente da República e sua comitiva.
29/10/1954	Visita do Vice-Presidente da República, Café Filho e sua comitiva.
20/01/1957	Data da instalação do município de Lauro Müller. Às onze horas, na presença do Vice-Governador Heriberto Hülse, na Prefeitura provisória, improvisada numa sala cedida pela Companhia Barro Branco, acontece o ato de instalação do novo município e a posse do Prefeito Provisório Izaac Bertoncini, nomeado pelo Governador do Estado, com mandato provisório até 22 de junho de 1957.
12/05/1957	Acontece a primeira eleição para Prefeito e Vereadores de Lauro Müller. Flávio Righetto é eleito Prefeito e os primeiros vereadores eleitos: Alexandre Doneda, Benjamin Bittencourt Barreto, Fernando Estevam, Gil Ivo Losso, Octávio Belmiro, Orestes Righetto e Valmor Jung.
15/02/1971	Acontece a primeira grande enchente do Rio Tubarão e afluentes. São destruídas 36 casas de moradia, vários prédios de lojas de comércio, destrói totalmente o prédio do Clube Cruz de Malta, bem como o Estádio Dr. Valdir Cotrim e também, o prédio do Cine Cruz de Malta. Oito pessoas são vítimas fatais. São arrancados e retorcidos os trilhos da estrada de ferro, fato que marca o fim do transporte ferroviário neste ramal da EFDTC.
24/03/1974	Data da segunda enchente, desta vez atingindo todo sul do estado. Em Lauro Müller apenas uma morte a lamentar. Os estragos de três anos antes ainda não haviam sido recuperados.

Fonte: Lauro Müller a história (2008).

Como pode ser visto, a cidade de Lauro Müller teve grande importância para o desenvolvimento de toda a região, também para o estado e para o país, uma vez que desde o princípio as pesquisas em torno da busca pelo carvão, movia os interesses dos empresários da época e também do próprio governo federal e estadual. Porém, “o carvão oriundo do subsolo da região carbonífera catarinense é considerado de baixa qualidade, em virtude de seu baixo poder calorífico e alto teor de cinzas e enxofre.” (Préve, 2013, p.57). Isso provocou uma busca de incentivos estatais para compensar esta perda de competitividade, pois “tais características resultaram na perda da competitividade mercadológica do carvão mineral extraído do subsolo da região carbonífera, levando a atividade comercial a depender diretamente de benefícios e incentivos estatais. (Préve, 2013, p.57).

Na busca por apoio governamental o município recebeu por duas oportunidades a visita do vice-presidente do Brasil (1950 e 1954) e também do

governador do estado (1953) que eram atraídos pelo potencial de desenvolvimento que a cidade apresentava naquele período. Após a passar por duas grandes enchentes que acometeram toda a cidade, Lauro Müller, passou por um novo momento de reconstrução e busca pelo seu desenvolvimento.

Ainda buscando se manter com a indústria do carvão, porém, neste momento não mais sendo transportado pelos trilhos da ferrovia Tereza Cristina, por conta de ter sido destruída toda a linha férrea pela primeira enchente de 1971, mas agora estimulando o transporte rodoviário. “As obras da construção da referida ferrovia tiveram início em 18 de dezembro de 1880, partindo do porto de Imbituba ao lugar denominado Minas, hoje Lauro Müller, com um ramal para Laguna, em Santa Catarina.” (Moraes, et al., 2018, p.161). “Após a enchente de 1974 e a destruição quase que completa dos trilhos, a estação ferroviária foi definitivamente desativada.” (Milioli et al., 2023, p. 148).

Sobre os dois períodos marcantes na memória da população, Bez Batti cita as duas enchentes ocorridas em 1971 e 1974,

Uma das memórias coletivas mais evocadas na cidade foi um desastre natural: na década de 1970, Lauro Müller passou por duas grandes catástrofes naturais: duas enchentes que devastaram o município e cidades da região. A primeira enchente ocorreu no ano de 1971, e a segunda, e mais devastadora, no ano de 1974, deixando prejuízos materiais e causando a morte de dezenas de moradores/as da região. Em março de 1974, deu-se a maior enchente do município, varrendo as margens do Rio Tubarão da nascente do município de Lauro Müller até sua foz, em Tubarão. Deixando um rastro de destruição e, segundo relatos de moradores/as, os prejuízos foram incalculáveis, muitos perderam tudo: casas, lavouras, rebanho e as estradas e pontes foram totalmente destruídas. (Bez Batti, 2022, p. 42)

Ainda sobre este período difícil e triste que a cidade de Lauro Müller passou, Moraes et al., afirmam que,

Em 1971, toda a região e, principalmente, o município de Lauro Müller passaram por forte destruição provocada pela cheia do Rio Tubarão, cuja nascente se localiza nas encostas da serra. A malha ferroviária do município e a exploração do carvão sofreram fortes impactos com a catástrofe natural, mas persistiram até 1974, quando uma nova cheia provocou a destruição total da ferrovia que ficava às margens do rio. A partir dessa data, a Ferrovia Tereza Cristina, neste trecho, deixou de existir. Em seu lugar, restam as memórias das

peças que moram próximas à ferrovia e que dela se lembram, de forma significativa, do trem e de seu apito. (Moraes, et al., 2018, p.161)

Com sua emancipação político-administrativa em 20 de janeiro de 1957, o município de Lauro Müller, localizado na região Sul de Santa Catarina, a aproximadamente 220 km da capital Florianópolis, tem sua economia baseada na mineração, agricultura, indústria, comércio e recentemente vem recebendo inúmeros investimentos tanto da iniciativa privada quanto do poder público municipal em torno do turismo, por conta de ter no seu território a Serra do Rio do Rastro, um cartão postal do estado de Santa Catarina e do Brasil, entre outros atrativos existentes na cidade. “Lauro Müller possui muitos recursos naturais: a vasta vegetação, os animais silvestres, a Serra do Rio do Rastro, a beleza dos cânions da Serra Geral, as cachoeiras, as grutas, os rios, os vales, as montanhas, e o clima das estações, inclusive a neve.” (Milioli et al. 2023, p.148).

Figura 1 – Mapa do Brasil e Santa Catarina e localização do município de Lauro Müller.

Fonte: IBGE, FECAM, AMREC.

Figura elaborada pelo autor, referente a localização do município de Lauro Müller na região Sul de Santa Catarina, pertencente a Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC.

Conforme os dados divulgados recentemente pelo IBGE, no Censo Demográfico de 2022, Lauro Müller conta com uma população de 14.381 (quatorze mil trezentos e oitenta e um) habitantes e uma área total de 271,852 km², com uma densidade demográfica de 52,90 hab./km², PIB per capita de R\$ 27.226,41 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,735. Apresenta 4.636 pessoas ocupadas, o que representa 32,24% da população ocupada, com uma média salarial de 2,9 salários-mínimos por trabalhadores formais. Na área da educação conta uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos na faixa dos 98,7%, ainda conta com 1.715 matrículas no ensino fundamental, 471 matrículas no ensino médio, 109 docentes no ensino fundamental e 44 docentes no ensino médio distribuídos em 8 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio. A cidade conta com 72,4% de cobertura de rede de esgotamento sanitário considerado adequado.

O meio rural de Lauro Müller, conta com 499 estabelecimentos agropecuários, com área média de 21,92 ha, sendo que 72,54% destes são classificados como de Agricultura Familiar (IBGE, 2017). Segundo dados divulgados pela Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC⁵, entre os municípios que compõem a associação no ano de 2021, Lauro Müller ocupou a quarta colocação em número de famílias envolvidas com a agricultura, contando com 1708 cadastros no setor de Bloco de Notas da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo responsável pelo segundo maior PIB - Produto Interno Bruto da agricultura na AMREC, com um total de R\$ 225.238.683,71 (Duzentos e vinte cinco milhões e duzentos e trinta e oito mil e seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos).

4.4. LAURO MÜLLER E OS IMPACTOS DA ATIVIDADE CARBONÍFERA.

De qualquer forma, é inegável a grande contribuição do setor carbonífero da cidade de Lauro Müller para a geração de emprego e renda tanto para a cidade quanto para a região, estimulando desde o princípio a geração de oportunidades para o seu desenvolvimento.

Na cidade além da área central e sua organização em torno de mais 25 localidades rurais e urbanas com equipamentos de educação, lazer, cultura, clubes esportivos e recreativos, além da organização em torno da religiosidade com a organização das capelas das comunidades vinculados a igreja católica e também com mais outras muitas congregações religiosas, surgiram aliados com franco desenvolvimento que o setor carbonífero proporcionou para a cidade, que mesmo tendo passado por duas grandes enchentes teve que ser reinventar e se reorganizar para dar continuidade ao processo de exploração do carvão mineral do seu subsolo.

⁵ A Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) localizado na região sul de Santa Catarina e tem como sede a cidade de Criciúma. Hoje são 12 os municípios associados: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Treviso, Urussanga, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Siderópolis.

No passado e atualmente o município ainda enfrenta conflitos de interesse em torno das explorações de carvão, pois apesar do grande investimento realizado na busca de tecnologias para melhorar as condições de trabalho e segurança dos trabalhadores da mineração e tornar a atividade altamente competitiva a cidade e região ainda sofrem o impacto negativo da exploração do carvão que no passado gerou forte impacto nas condições do meio ambiente, no que se refere as condições do solo, da água e dos resíduos gerados pela atividade, neste sentido Prêve aponta para os impactos do passado

[...] a exploração do carvão em Santa Catarina é executada em minas subterrâneas e a céu aberto. Ambos os processos acarretam problemas ambientais, pois modificam a estrutura do meio natural, pela disposição inadequada dos resíduos da mineração, causando contaminação de águas superficiais e subterrâneas, promovendo alterações na atmosfera ao redor das minas pela geração de gases e poeiras e perdas de solo fértil. (Prêve, 2013, p.60).

Do ponto de vista dos impactos da atividade de mineração de carvão na região carbonífera, Prêve, ainda, cita que,

O carvão produzido na região de Criciúma ao longo dos anos apresentava um elevado percentual de estéril, o qual era despejado nos rios no momento do processamento. Os rejeitos xistosos e piritosos produzidos nos pré-lavadores foram sendo depositados, durante décadas, próximos aos pré-lavadores, causando grande impacto ambiental, principalmente devido à presença da pirita. (Prêve, 2013. P64).

Todo este desenvolvimento trouxe uma grande oportunidade gerada em torno setor carbonífero de Lauro Müller, “entretanto, apesar do desenvolvimento socioeconômico alcançado com a extração do carvão, diversos problemas ocorreram desta atividade econômica.” (Prêve, 2013, p. 64), e ainda “dentre estes tem-se a morte de milhares de trabalhadores das minas vítimas de doenças pulmonares. Centenas deles ainda vivem atualmente com uma vida limitada, apresentando sintomas característicos, provocados com a inalação de poeira de carvão.” (Prêve, 2013,p.64).

“A extração do carvão mineral na região carbonífera se deu por mais de sete décadas de forma desregrada, impactando diretamente o meio ambiente e diminuindo a qualidade de vida na região.” (Préve, 2013, p.76). Além disso, Préve ainda aponta para,

“[...] o aparente desenvolvimento econômico propiciado pela mineração do carvão foi acompanhado de uma intensa degradação ambiental. O crescimento econômico e a geração de emprego e renda para os munícipes de Criciúma e região ocasionaram uma extensa degradação do meio ambiente e da própria qualidade de vida da sociedade. O processo de degradação do meio ambiente foi gradativamente sendo agravado, em virtude da ausência de comprometimento das carboníferas públicas e privadas com a temática ambiental, bem como a recusa destas com os investimentos na recuperação dos danos ocasionados. Cumpre ressaltar a negligência, o próprio incentivo e o descontrole dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização desta atividade em virtude do interesse econômico e desenvolvimentista imediato.” (Préve, 2013, p. 76)

Mesmo assim, a atividade possibilitou e ainda continua contribuindo para a criação de inúmeras oportunidades de emprego para parcela da população urbana e também do meio rural que conciliavam e ainda conciliam a agricultura e mineração como fonte de renda para sustento da sua família e geração de renda. Além disso, os agricultores que também era operários das empresas mineradoras da época também viam nesta situação uma chance de ter acesso ao pagamento em dinheiro que vinha diretamente da sede das empresas no rio de Janeiro, tinham acesso serviços de saúde, podiam frequentar os cinemas existentes na época, escolas para os filhos entre outros benefícios relevantes para o dia-dia das famílias.

Do ponto de vista de sua organização institucional, o município conta com os três poderes constituídos, instalados e em atuação, além do poder Executivo e Legislativo o município conta com a sede do poder judiciário onde a Comarca de Lauro Müller foi criada pela Lei Complementar n. 109, de 07 de janeiro de 1994. A instalação aconteceu em 23 de outubro de 1997. Uma bela sede, denominada de Juiz Manoel Medeiros Eugênio, localizada no centro da cidade. (Lauro Müller a história, 2008, p. 87).

Atualmente na era da internet e com o advento das redes sociais município ainda mantém vivas dois importantes meios de comunicação, pois

conta com duas rádios locais que fazem a comunicação popular, informativa, local e regional, com uma programação musical, comercial e religiosa as rádios Cruz de Malta e Machadinho vem fazendo parte da história do município.

A Rádio Cruz de Malta nasceu em março de 1946, quando Aldo Speck, juntamente com seu irmão Adalberto e com os amigos, Abady de Souza, Dr. Cotrim e Benjamim Barreto resolveram instalar uma estação de rádio. Funcionou, inicialmente, como Serviço de Alto Falante instalado sobre um poste de madeira, no local onde hoje reside a família Doneda. Operou, clandestinamente, com o nome de Rádio Clube Lauro Müller, por três anos. O primeiro estúdio foi instalado em uma casinha de 3x4 m², local onde atualmente funciona a agência do INSS e o SUS. A Cruz de Malta é uma das emissoras de rádio mais antigas de Santa Catarina, e pela sua maneira responsável de atuar, ganhou credibilidade e é referência na região. (Lauro Müller a história, 2008, p. 90).

5. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM LAURO MÜLLER.

A partir da caracterização do município de Lauro Müller com seus principais dados históricos, político, institucional, social e econômico, bem como a análise dos dados dos Censos demográficos dos últimos 70 anos, que comprovaram a redução da população rural ao longo dos tempos, tanto no Brasil como em Santa Catarina e especificamente em Lauro Müller. Além do que foi visto nos capítulos anteriores, passamos a tratar especificamente do desenvolvimento socioeconômico e rural da cidade. Neste sentido, identificamos durante a pesquisa duas iniciativas recentes promovidas no sentido de diagnosticar a situação atual e planejar um futuro desejado para o curto, médio e longo prazos, visando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

O objetivo desta etapa é o de identificar nestas duas experiências, características que possam dialogar com a temática da juventude rural e agricultura familiar e entender se estes assuntos estiveram na pauta e se estiveram em qual grau de intensidade e, além disso, o que se projetou nestas iniciativas que possam garantir a maior atratividade para os jovens rurais buscarem organizar a vida no campo e que possam contribuir para o debate sobre a sucessão no meio rural e em especial na agricultura familiar. As duas iniciativas se completam e trazem uma importante contribuição para a sociedade e juntas, se bem utilizadas, podem representar um poderoso instrumento para o desenvolvimento.

Como dito anteriormente, as duas iniciativas foram promovidas pelo município e foram realizadas por meio de parcerias e convênios com outras instituições.

5.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AMREC.

A primeira delas é com relação aos objetivos e resultados do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da AMREC, realizado em 2020, pelo Observatório de Desenvolvimento Socioeconômico e Inovação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, em conjunto com os 12 municípios da

Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, onde se buscou transformar de forma efetiva a realidade socioeconômica dos 12 municípios que compõem a AMREC.

O Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec) é o resultado de um trabalho colaborativo e democrático realizado por munícipes, representantes da sociedade civil, setor produtivo e do governo municipal dos 12 municípios que compõem a Amrec, durante os meses de julho a dezembro de 2020, quando refletiram sobre os desafios, potencialidades e sonhos dos municípios que compõem a região. (Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.10)

O Plano foi planejado e executado a partir da definição de sete etapas iniciando pela I - Visão de Futuro, II Oportunidades, Potencialidades e Desafios, III – Setores-chave (metodologia quantitativa) Eixos e Objetivos estratégicos, IV – Iniciativas e projetos, V – Projetos estratégicos, VI – Metas quantitativas, VII – Modelo de governança e para a realização destas sete etapas foram definidos oito objetivos específicos.

O Plano de Desenvolvimento Regional almeja ações sempre com um olhar para o município sem perder de vista a região na totalidade. Desse modo, o Plano para a Região Carbonífera (Rec) busca de forma efetiva contribuir com a transformação de sua realidade e, para tanto, focaliza os seguintes objetivos:

- 1- Identificar as desigualdades socioeconômicas dos municípios-região;
 - 2- Construir uma Visão de Futuro compartilhada e um projeto de desenvolvimento sustentável de longo prazo para os municípios-região;
 - 3- Identificar as possibilidades para ampliar a atratividade dos municípios-região no que diz respeito aos investimentos fomentados, dessa forma, o seu desenvolvimento econômico e social;
 - 4- Prospectar novas redes para o ecossistema municipal;
 - 5- Identificar os eixos e vetores estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos municípios-região;
 - 6- Identificar um portfólio de projetos estruturantes para serem utilizados no desenvolvimento dos municípios-região;
 - 7- Propor formas de convergência e integração entre instituições privadas e públicas a fim de gerar benefícios econômicos e sociais para os municípios-região;
 - 8- Sugerir a alocação dos recursos públicos nos municípios-região para aumentar a capacidade de captação de recursos externos.
- (Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.10-11)

O plano foi realizado a partir de uma metodologia participativa, colaborativa e qualitativa, onde cada etapa envolveu a escuta qualitativa dos participantes. Participaram dessa construção representantes da administração pública, sociedade civil organizada, representantes do setor produtivo, entidades de classe e comunidade. Na etapa de diagnóstico foram levantados desafios e as potencialidades da região que influenciam no desenvolvimento, sendo que entre os desafios foram identificados 6 (seis) grandes desafios comuns entre os participantes que influenciam diretamente.

I - Na diversificação econômica, os participantes destacaram que os municípios não possuem pluralidade na sua economia, ficando ancorados em poucas áreas para emprego e renda. Além disso precisa de fomento para o empreendedorismo.

II – Na educação, há carência de mão de obra qualificada, educação profissionalizante e estrutura física para atender as necessidades da região.

III – Na infraestrutura, os participantes salientaram a urbanização, o saneamento, segurança, a mobilidade/logística como atributos essenciais que justificam a infraestrutura como um desafio atual.

IV – Sobre planos de desenvolvimento, identificaram a ausência de informações relacionadas a execução dos planos municipais e regionais.

V – No turismo, a falta de integração regional para o turismo enfraquece-o na região, além da necessidade de ampliação da infraestrutura para essa atividade.

VI – Para os recursos naturais, é preciso melhorar a utilização da água e da energia e a gestão de resíduos, além da utilização turística consciente para preservação da natureza.

(Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.190-191).

Ainda na etapa de diagnóstico se identificaram as potencialidades de desenvolvimento dos municípios e que estão de certa forma integrados entre os 12 municípios participantes e que são comuns a todos eles, entre os principais pontos o plano destacou o seguinte, como resultado deste diagnóstico.

A beleza natural foi destacada como elemento transversal na região, o qual favorece o turismo de férias, ecológico, de aventura. Além da natureza exuberante, a posição geográfica pode ser potencializada por investimentos em logística e mobilidade urbana. Outro fator é a capacidade cultural devido as suas histórias, com inúmeros atrativos e patrimônio cultural, herança da colonização europeia. Também evidenciaram que há possibilidade na região de diversificação econômica a partir da integração da região, potencializando a agricultura como um vetor econômico, sobretudo a agricultura familiar e orgânica. Há ainda o existe o potencial para a produção de energia limpa, renovável e sustentável, com vistas a garantir a preservação do

meio ambiente. A energia não renovável foi também evidenciada, porém em menor frequência na visão dos participantes, associada a construção de termelétricas e produção de energia com os rejeitos do carvão. (Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.192).

Neste momento do plano é importante e necessária a reflexão sobre a percepção dos entrevistados quanto a agricultura, em especial a agricultura familiar e orgânica, percebida como um vetor econômico importante para o desenvolvimento de toda a região. Se por um lado a agricultura é vista como uma potencialidade por outro ela não é vista como um desafio dos desafios a serem superados na região, o que demonstra a necessidade clarear e indicar aos principais atores do desenvolvimento a necessidade de percepção deste fator específico relacionado diretamente ao meio rural. Embora o plano não pretenda resolver os problemas setoriais de cada área, mas aos olhos da sociedade ainda é necessário aprofundar o debate e fortalecer as instituições públicas e privadas que atuam no meio rural da região para garantir maior visibilidade nestes processos. Como resultado deste processo o plano traz como visão de futuro que a seguinte definição,

Região reconhecida pela sua elevada qualidade de vida, sustentável em todos os domínios, internacionalizada, fundamentada na cooperação entre os seus integrantes e capaz de reinventar-se continuamente. (Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.214).

Tratando especificamente da cidade de Lauro Müller o que chamou mais atenção foi com relação à identificação dos desafios e potencialidades que os participantes identificaram com a elaboração do plano, sendo que entre os desafios existentes ficaram agrupados em 04 áreas (Logística, Turismo e cultura, desenvolvimento da cidade e a questão ambiental) . Entre estes quatro conjuntos de desafios, destacamos o aparecimento dentro do aspecto identificado como desenvolvimento da cidade a questão da necessidade de desenvolver mais o setor do agronegócio - agricultura familiar e o êxodo rural.

Por outro lado, também chama a atenção de maneira positiva na identificação das potencialidades no aspecto da economia, entre seis pontos

identificados, quatro deles tem relação direta com o meio rural e seu desenvolvimento, ou seja, foi identificado como potencialidades I - Agricultura familiar e orgânica, II - Alimentar e fomentar a produção de alimentos e agroindústrias, III – Pecuária e IV – Piscicultura. Diferente do que se identificou como potencialidades da região, agora no caso de Lauro Müller esta temática ficou mais aparente.

De maneira geral, o Plano de Desenvolvimento da AMREC, pensado e elaborado com a participação da comunidade e demais atores políticos e sociais da região pode ser considerado como uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos municípios e de toda a região, se for bem utilizado pelas atuais e futuras administrações na esfera pública, bem como para a iniciativa privada identificar oportunidades de melhoria que podem fortalecer a indústria e comércio de toda a região.

Para que o Plano tivesse aplicabilidade das suas ações e iniciativas no sentido de colocar em prática as ações previstas e resolver os possíveis problemas que poderiam surgir, foram criadas as Câmaras Setoriais com a participação de lideranças e técnicos para cada setor, ou seja, nas Câmaras Setoriais, foram incorporados especialistas por área indicados pelas prefeituras, sociedade civil organizada, setor produtivo e associações de classe. O grupo de trabalho por objetivo estratégico, o que resultou em 25 grupos, avaliou as ações propostas, verificou a viabilidade e indicou sugestões de execução, os atores a serem envolvidos no processo de implantação. (Plano de Desenvolvimento Socioeconômico AMREC – 2020, p.270).

Foram criadas sete câmaras setoriais que posteriormente geraram 10 projetos estratégicos para implementação conforma da seguinte forma: 1ª Câmara setorial de Turismo integrado com os projetos de Turismo Integrado e Sistema Regional Integrado de Ciclovias, 2ª Câmara setorial de Inovação e sociedade do conhecimento, com o projeto Ecossistema Regional de Inovação, 3ª Sustentabilidade ambiental e uso consciente dos recursos, com o projeto Plano Diretor Regional, 4ª Câmara setorial de Desenvolvimento econômico, com os projetos de Fortalecimento dos principais setores e Novas Vertentes Econômicas, 5ª Câmara setorial de Educação de excelência, com o projeto de Educação e Retenção de Talentos, 6ª Saúde e Assistência Social, com os

projetos Assistência Social e Gestão e Promoção da Saúde e a 7ª Câmara setorial de Mobilidade Regional Integrada, com o projeto do Plano de Mobilidade Urbana Integrada.

5.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – DEL.

A segunda experiência é a do Programa de Desenvolvimento Econômico Local - DEL em parceria com a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC, o Instituto de Desenvolvimento Econômico Local (IDEL) fruto de um convênio firmado pela Prefeitura Municipal de Lauro Müller com o objetivo de aumentar a competitividade e a capacidade de transformação dos municípios a partir de uma estratégia sustentável e de longo prazo, que fortalece a economia local e melhora a qualidade de vida dos munícipes. (DEL, 2024). A partir de uma metodologia fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Local (I-DEL), em parceria com a FACISC atua de forma participativa, criando um modelo de gestão para que os municípios se organizem visando o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável, com um horizonte de até 2040. Em Lauro Müller o programa representa a construção de uma visão planejada e organizada para o desenvolvimento do município. Ele transcende a simples execução de projetos, mas tem como foco planejar o município para os próximos 20 anos, fazendo um trabalho de revisão da legislação municipal até a identificação de indicadores econômicos.

Figura 2 - Capa Programa DEL



Fonte: Programa Del (2024).

Vale ressaltar a importância e representatividade deste programa, no que diz respeito as organizações envolvidas neste processo, existe um grupo de aproximadamente 14 organizações parceiras que trabalham alinhadas em cada etapa deste projeto. Entre organizações da esfera pública e privada.

Figura 3 - Entidades parceiras do Programa DEL



Fonte: Programa Del (2024).

Para o atendimento dos objetivos do programa na cidade de Lauro Müller o trabalho foi fundamentado em 5 princípios, 1 – Protagonismo dos atores, visando a adoção de um modelo de gestão participativa com envolvimento e integração direta do poder público, das forças produtivas e da sociedade civil; 2 – Diversificação reconhecendo sua importância dando competitividade a economia local, fortalecendo a inovação na gestão pública, a mobilização social, proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais, além da inclusão social, 3 – Sustentabilidade desenvolvendo o projeto pensando no tripé de uma boa governança: sendo economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto; 4 – Política de produto, tendo a gestão participativa como resposta às novas condições ao desenvolvimento econômico, buscando a singularidade de seu perfil garantindo posicionamento de destaque e 5 – Permanência, onde o programa precisa assegurar a criação de estruturas

organizacionais permanentes, permitindo que políticas de desenvolvimento sejam enraizadas e continuas, independente de mudanças internas no município ou no ambiente onde este se insere.

A partir destes princípios o programa desenvolveu uma metodologia de atuação que segue um roteiro, priorizando as seguintes ações: a) Sensibilização dos atores locais e agentes de articulação, b) Análise e adequação da legislação municipal com a criação do Conselho de Desenvolvimento e Fundo Municipal de Desenvolvimento, c) Análise situacional com entrevistas identificando o perfil da economia local com os devidos campos de competência, d) Institucionalização e governança, criando uma estrutura de conselho com diretrizes e mapas, além de câmaras técnicas, e) Formulação da política de desenvolvimento econômico com alinhamento com planos das secretarias municipais e seus orçamentos. f) Gestão da política de desenvolvimento econômico a partir dos projetos e da comunicação. g) “Pit Stop” prevendo a prestação de contas, pesquisa de satisfação sobre o andamento das ações do plano do programa.

Figura 4 - Etapas de realização do Programa DEL



Fonte: Programa Del (2024).

Neste momento o objetivo não é apresentar o programa como um todo, bem como seus resultados e seus desdobramentos, mas sim identificar os possíveis pontos de alinhamento com a situação da juventude rural e a questão

da sucessão rural, no que diz respeito as formas de inserção da juventude nos processos desenvolvimento, ou seja, de que forma a juventude rural é vista pela sociedade, se ela participa destes espaços de decisão, e, além disso se os resultados e encaminhamentos visam atender e contribuir para a temática da juventude rural e agricultura familiar.

Neste sentido, é importante registrar uma das etapas de implantação do programa, que buscou ouvir a população de Lauro Müller, desta forma foi aplicado uma pesquisa, onde se entrevistaram cerca de 64 pessoas do município, distribuídas da seguinte forma, 14,1% da sociedade civil, 42,2% do setor público e 43,8% do setor privado. Entre os entrevistados, dois “dilemas” foram identificados como necessários de serem resolvidos na cidade, sendo relacionados com o turismo e a mineração. Do ponto de vista da cultura de cooperação entre as lideranças no município, 54,7% dos entrevistados afirmaram que não existe uma cultura de cooperação, já 25% entendem que existe e 17,2% dizem que existe em parte. Como complemento a esta questão, os entrevistados eram questionados sobre o que falta no município, e se obteve as seguintes respostas, - falta projetos e planejamento de longo prazo; atenção para as atividades voltadas ao agro; mão de obra insuficiente com baixa qualificação e presença de divisão política.

Na sequência, quando questionados sobre a motivação, ambição e garra para os jovens abrirem seus próprios negócios, os entrevistados responderam da seguinte forma, 51,6% não tem motivação, 21,9% têm motivação e 20,3% afirmaram que tem em partes. Neste ponto se definiram a partir dos resultados dos entrevistados alguns aspectos relacionados as fortalezas e fraquezas do município, sendo que entre tantas questões que foram levantadas duas em especial chamam a atenção, pois foi identificado como fortaleza a forte presença de população no ambiente rural e como fraquezas foi citado que o município “não estão conseguindo despertar nos jovens o desejo de ficar aqui”, dois aspectos que estão diretamente relacionados com a questão da população rural e seus desejos de permanecer na cidade. Interessante que desta atividade, foi identificado como um dos pressupostos a necessidade de “Criar/ampliar incentivos para sucessão dos jovens no meio rural”. Na sequência da pesquisa, no aspecto educacional, foi identificado como uma das fraquezas

a ausência de oferta de cursos técnicos e profissionalizantes e o abandono escolar no ensino médio. Como pressupostos para estas questões foram identificados os seguintes aspectos, criar cursos/disciplinas para alunos da área rural, turismo, educação ambiental, empreendedora, cooperativa e financeira com ênfase em inovação e tecnologia; apoio e melhoria nas propriedades rurais com treinamento e ações práticas, visando a sucessão familiar e a oferta de ensino técnico e profissionalizante com comitente em turno integral;

Outro ponto relevante da percepção dos entrevistados do programa Del foi com relação à infraestrutura e demais questões relacionadas especificamente com o desenvolvimento, onde se percebe como fortaleza a presença de agricultura familiar no município e como fraquezas um dos pontos citados foi sobre a qualidade do sinal de internet que no meio rural é considerado de baixa qualidade.

Sobre a economia do município a pesquisa mostrou que para 48,4% dos entrevistados a economia melhorou e para 45,3% ela estagnou nos últimos 5 anos. Mesmo assim, na percepção dos entrevistados o setor produtivo 96,4% realizaram investimentos nos últimos 5 anos e que 89,3% pretendem fazer novos investimentos nos próximos 5 anos nas suas empresas. Quanto a percepção se o ambiente é próspero para a inovação e novos negócios, 45,3% afirmaram que não, 32,8% afirmaram que sim e 17,2% afirmaram que em partes. Quando questionados se a legislação municipal é adequada, esse existe uma política pública para o desenvolvimento econômico local e atração de novas empresas com incentivos fiscais, 46,9% não soube responder, 31,3% afirmaram que não, 12,5% afirmaram que em partes e 9,4% afirmaram que sim. Quando questionados sobre quais os setores que mais vão crescer nos próximos 5 anos que são considerados importantes para a geração de novos empregos no futuro 81,3% dos entrevistados afirmaram que o turismo será um dos mais importantes e 31,3% citaram o agronegócio como segunda opção em geração de oportunidades de emprego e renda nos próximos anos.

Ainda neste aspecto se identificou como uma das fortalezas o agronegócio em expansão com propriedades de referência no agronegócio, por outro lado, como fraquezas se identificou pouca infraestrutura e incentivos para o setor de turismo e agronegócios. Como um dos pressupostos para

desenvolvimento foi citado a necessidade de realização de eventos técnicos nas áreas do turismo e agronegócios. Entre tantos pontos observados nesta pesquisa e como definição estratégicas para o desenvolvimento da cidade se percebe que quanto o meio rural é visto como oportunidade e que desta forma passa a fazer parte dos eixos estratégicos para seu desenvolvimento. O agronegócio é entendido como um dos pilares para o desenvolvimento da cidade e desta forma se identificou a necessidade de aprofundamento das análises e debates em torno da criação de programas de fomento, qualificação da mão de obra, sucessão familiar, infraestrutura para escoamento de produção e assistência técnica especializada.

Como visto anteriormente o programa Del em Lauro Müller prevê a criação do Conselho de desenvolvimento e a criação de câmaras técnicas específicas por áreas e uma delas é relacionada com o Agronegócio que pretende discutir as questões levantadas nas etapas anteriores e que desta forma vai dar vazão aos questionamentos e demandas relacionadas com o meio rural especificamente.

5.3 UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS RURAIS NO MOVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.

O estudo do tema juventude rural, em especial a questão da sucessão na agricultura familiar, nos mostra um horizonte amplo de questões que merecem aprofundamento. Entre eles destacamos a necessidade de reconhecimento de como ocorre atualmente o debate no ambiente familiar sobre a escolha do sucessor, se as famílias têm, ou não, a opção de escolha. Se tiver opção, como ocorre a escolha entre os filhos homens e as filhas mulheres, também é importante conhecer de que forma é planejada e realizada a transmissão do patrimônio, bem como a gestão do empreendimento rural familiar.

Ainda é necessário conhecer se a opção de permanecer no campo enquanto agricultor faz parte dos objetivos e do projeto de vida dos jovens, uma vez que o espaço rural é hoje um ambiente rico em oportunidades para a

realização de atividades rurais não agrícolas, o que possibilita aos jovens continuarem no campo sem necessariamente serem agricultores. Além destas questões, é importante buscar identificar as causas e fatores que levam os jovens rurais a migrarem das áreas rurais para os centros urbanos.

Também é extremamente relevante quando se pensa na importância e da necessidade atual e urgente do fortalecimento e manutenção do setor agropecuário brasileiro, mais especificamente da Agricultura Familiar, visando a criação de políticas públicas de acesso ao crédito, contribuindo para o acesso a informação, conhecimento e tecnologia que possam ampliar a eficiência da agricultura em todo o território nacional, por conta da sua grandiosa contribuição para toda a sociedade brasileira nos aspectos econômico, social e ambiental. Conforme evidencia, Matte (2016),

A ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais. (Matte et. al., 2016, p. 131)

Por outro lado, conhecer os fatores que contribuem para a permanência também merece atenção, pois de acordo com Kummer (2013)

Em síntese pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas: a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual (Kummer, et. al., 2013, p. 203).

Neste cenário, o jovem rural assume papel fundamental no contexto dos municípios e da agricultura familiar.

Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um

articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida. (Kummer et al., 2013, p. 209).

Conforme visto anteriormente, os jovens rurais representam um papel significativo no contexto da agricultura familiar, bem como para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Com o Cadastro do Produtor Rural, emitido pelas unidades conveniadas da Secretaria de Estado da Fazenda, junto as Secretarias Municipais de Agricultura os agricultores têm a possibilidade de emitir o seu Bloco de Notas de Produtor Rural, que é o documento formal que insere o produtor no movimento econômico dos municípios. A partir do Bloco de Notas o produtor faz a emissão das notas fiscais a medida em que vai comercializando seus produtos, após o procedimento de compra ou venda de produtos com a nota fiscal o produtor presta conta desta negociação junto as unidades conveniadas para que seja feito o registro o sistema da Secretaria de Estado da Fazenda.

A seguir apresentamos os resultados obtidos na análise dos documentos fornecidos pelo setor de Bloco de Notas da Secretaria de Agricultura de Lauro Müller/SC, por meio do qual se buscou identificar a participação dos produtores com idade entre 16 e 29 anos, entre os 10 maiores produtores das principais atividades agropecuárias no ano de 2021, sendo assim as informações constam nos gráficos abaixo, conforme atividade produtiva. Os gráficos nos apresentam a relação entre idade e 10 maiores produtores em cada atividade produtiva, neste sentido apresentamos um panorama de cada atividade relacionando com a participação dos jovens na atividade de maneira formalizada junto aos órgãos públicos.

Com um rebanho de aproximadamente 9.827 cabeças (Censo Agropecuário, 2017), Lauro Müller se destaca na produção de gado para corte, a busca pela melhoria acontece desde a escolha das matrizes e processos de melhoramento genético realizado a partir de inseminação artificial, passando por técnicas de cria, recria e engorda até a finalização do processo quando da comercialização com frigoríficos da região, que trabalham no abate e distribuição dos produtos ao nível local, regional e estadual, de acordo com o porte e bem como com o Serviços de fiscalização de produtos de origem animal a que estão

sujeitos. “Em 2023, a carne bovina brasileira foi exportada para 159 países. As exportações ocorreram principalmente na forma de carne in natura congelada, responsável por 90,1% das receitas, sendo o restante distribuído entre miudezas (6,1%) e carne industrializada (3,8%).” (EPAGRI/CEPA, 2023, p.112).

No estado de Santa Catarina “os abates realizados em estabelecimentos inspecionados, 88,5% ocorreram em abatedouros com inspeção municipal ou estadual (SIM ou SIE), principalmente em função da demanda significativamente superior à produção, o que faz com que a quase totalidade da carne bovina produzida em Santa Catarina seja consumida no próprio estado.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p.114), ainda conforme os dados divulgados pela EPAGRI/CEPA (2023),

O número de bovinos abatidos também apresentou queda em 2023. De acordo com os dados da Cidasc, 722,2 mil animais foram destinados ao abate nesse ano, queda de 3,0% em relação montante de 2022. Desse total, 614,7 mil (85,1%) foram abatidos em estabelecimentos com inspeção sanitária, modalidade que registrou queda de 3,6% na comparação com os resultados do ano anterior. Os abates para autoconsumo, por sua vez, atingiram o montante de 107,5 mil cabeças (14,9% do total), crescimento de 0,3% em relação aos abates do ano anterior. Outros 16 animais foram comercializados para abate em outras unidades da Federação (0,002% da produção total).(EPAGRI/CEPA, 2023, p.114)

Em Santa Catarina, “os abates para autoconsumo, por sua vez, foram realizados por 53,8 mil produtores em 2023.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p.115) e que existem dois grupos de produtores que respondem sobre estes resultados existindo aqueles que abatem para o autoconsumo e aqueles que representam o abate inspecionado. “Somados os membros dos dois grupos e excluídas as repetições, obteve-se um montante de 71,3 mil produtores.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p.115).

Quanto a participação de jovens na atividade de criação de bovinos para abate o se identificou a baixa representatividade de jovens nesta atividade, conforme visto no gráfico que se segue, a idade dos 10 maiores produtores ficou entre a faixa etária dos 34 e 72 anos, o que demonstra que esta atividade é realizada por produtores de mais idade no município, ou, por outro lado, pode

acontecer de os jovens que produzem não estejam regularmente registrados como produtores nos órgãos de controle.

Gráfico 6 - Idade dos produtores de bovinos.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022)

Outra atividade com importância no movimento econômico da agricultura de Lauro Müller é a produção de feijão, segundo dados do Censo Agropecuário (2017), o município produziu cerca de 19 toneladas de feijão do grão preto, em 29 estabelecimentos agropecuários. “Com uma população crescente, a oferta de proteína vegetal é uma questão estratégica de segurança alimentar de muitas nações, fator que destaca a importância do feijão na dieta dessas populações.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p.51). Neste sentido, é importante registrar também a relevância desta atividade ao nível mundial, conforme EPAGRI/CEPA, (2023),

A importância do feijão e outras leguminosas para a alimentação fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) marcasse a data de 10 de fevereiro como o Dia Mundial das Leguminosas. Nessa mesma linha, a FAO destaca que as leguminosas contribuem de diversas maneiras para a transformação de nossos sistemas agroalimentares e podem ajudar a enfrentar várias crises globais. Destaca ainda que as leguminosas podem contribuir para aumentar a resiliência dos sistemas agrícolas e ajudar a melhorar a biodiversidade do solo, sendo assim componentes cruciais de vários sistemas de cultivo. (EPAGRI/CEPA, 2023, p.51).

Em Lauro Müller a decisão de produzir feijão fica restrita a poucos produtores, porém uma vez que esta decisão é caracterizada por alguns fatores conforme pode ser visto oscilação no preço, curto prazo de armazenamento, entre outros fatores não contribuem para que o plantio seja feito por mais produtores, pois conforme a EPAGRI/CEPA (2023),

Não podemos deixar de considerar, ainda, que a grande oscilação de preços no mercado causa insegurança ao produtor na tomada de decisão sobre o que plantar e o quanto plantar. Trata-se de um produto que possui um curto período de armazenagem, pois o produtor, assim que colhe o produto, tem que comercializar sua produção, uma vez que sua qualidade se deprecia rapidamente com o passar do tempo, comprometendo seu valor comercial. Essas características são desfavoráveis ao feijão frente a outras commodities, de melhor padrão de qualidade, preços mais estáveis e mercado internacional mais consolidado. (EPAGRI/CEPA, 2023, p.55).

Mesmo com estas “adversidades”, os 29 estabelecimentos agropecuários de Lauro Müller que se dedicam ao plantio de feijão, têm os 10 maiores produtores na faixa etária entre os 25 e 79 anos, neste ponto é importante registrar a presença de um jovem de 25 anos ocupando a nona colocação entre os maiores produtores, conforme pode ser visto no gráfico que segue.

Gráfico 7 - Idade dos produtores de feijão.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022)

“Em 2023, foram abatidos 6,28 bilhões de frangos no Brasil, crescimento de 2,8% em relação aos abates do ano anterior. A produção de carne, por sua vez, atingiu o montante de 13,32 milhões de toneladas, alta de 3,5%.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p. 120). Atividade com importância significativa na economia local, a avicultura tem “o Paraná como o principal produtor de frangos do País, com pouco mais de 1/3 do total nacional. A segunda posição é ocupada por Santa Catarina.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p. 121). Além disso, “o Brasil exportou carne de frango para 172 países em 2023, essencialmente na forma de carne in natura congelada, responsável por 96,1% das receitas, enquanto 3,9% foram provenientes da exportação de carne industrializada.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p. 122).

Com uma atividade muito representativa entre os produtores do município, a avicultura de corte de Lauro Müller, tem no seu território a matriz de uma das maiores empresas produtoras de ovos do Brasil, a Granja Faria, que “vem se expandindo, oferecendo produtos de alta qualidade, sendo ovos comerciais comum e caipira, ovos férteis, pintinhos de um dia, incubação de ovos e produtos específicos. Atualmente o Grupo Granja Faria está presente em vários estados do Brasil e parte dos nossos ovos são exportados para outros países.” (Granja Faria, 2025), e que contribui significativamente para o desenvolvimento do setor e para a geração de trabalho e renda no campo.

Sobre a participação de jovens nesta atividade, o gráfico abaixo mostra que não existem jovens atuando de maneira formalizada nesta atividade

entre os 10 maiores produtores, pois a faixa etária está entre os 35 e 55 anos. Sendo que o maior produtor pode ser considerado como o mais jovem com seus 35 anos.

Gráfico 8 - Idade dos produtores de frango.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022)

Como 1687 vacas ordenhadas (Censo Agropecuário, 2017), outra atividade analisada foi a bovinocultura de leite de Lauro Müller, que no município e em todo o estado de Santa Catarina, é considerada uma atividade agrícola com uma importância econômica significativa na região, contribuindo com a geração de trabalho e renda para a população rural. “A produção catarinense em 2022 foi de 3,153 bilhões de litros, uma queda de 0,3% sobre a produção de 2021. No período 2013-2022, contudo, a produção catarinense teve um crescimento de 8%, com variações bem significativas entre as mesorregiões e microrregiões (EPAGRI/CEPA, 2023, p.147).

A cidade, conta com área, clima favorável, pastagens adequadas e oferece condições ideais para a criação de gado leiteiro. Os produtores de leite em Lauro Müller geralmente adotam práticas de manejo que visam a qualidade do leite e o bem-estar dos animais. Isso inclui a alimentação balanceada, cuidados veterinários regulares e técnicas de ordenha que garantem a higiene e a saúde do rebanho. Além disso, muitos agricultores estão investindo em tecnologias e inovações para aumentar a produtividade e a eficiência da produção.

“No que diz respeito a preços aos produtores, embora houvesse muitas manifestações ao longo de 2023 sugerindo uma crise setorial, a comparação dos preços médios recebidos com os dos anos recentes evidencia que houve queda em relação a 2022, mas os valores foram bem mais elevados que nos demais anos.” (EPAGRI/CEPA, 2023, p148)

A produção de leite em Lauro Müller não só abastece o mercado local, mas também pode ser direcionada para indústrias de laticínios, contribuindo para

a diversidade de produtos disponíveis aos consumidores. No que diz respeito a formalização desta produção, e a participação de jovens na atividade, foi identificado a presença de um jovem com idade de 25 anos como o principal produtor no período analisado, ou seja, o maior produtor entre os 10 principais era um jovem, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 09 - Idade dos produtores de leite.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022)

A temática do Desenvolvimento Rural no Brasil representa em vários aspectos apresenta avanços significativos, principalmente no que diz respeito às políticas públicas existentes, específicas e diretamente direcionadas para a Agricultura Familiar. Uma vez que, conforme destaca Castro (2023), o Brasil foi pioneiro na implementação de políticas públicas de larga escala destinadas ao público da agricultura familiar, especificamente com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em meados dos anos 1990. (Castro, 2023, p. 20). Além disso, com o processo de redemocratização em meados e fins da década de 1980, movimentos sociais vinculados a questões afeitas ao mundo rural conseguiram, aos poucos, que o tema agricultura familiar fosse inserido na agenda política federal na década de 1990, cujo marco-conquista desse movimento, como mencionado, foi a criação do Pronaf em 1996 por meio de Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. (Castro, 2023, p. 20).

Toda a luta em defesa da Agricultura Familiar, por meio do apoio dos movimentos sociais, contribuiu para pressionar o governo federal a olhar com mais atenção para esta categoria e buscar elaborar políticas públicas de desenvolvimento rural que contemplasse as demandas vindas destes movimentos e também sugeriram a operacionalização de destas políticas públicas, a partir da definição de conceitos mais abrangentes para a categoria que conforme já visto não é homogênea.

Por fim, conforme já mencionado anteriormente, a diversidade da Agricultura Familiar brasileira aliada a necessidade do fortalecimento e

reconhecimento deste movimento e desta categoria reconhecida a partir da definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, ainda percebemos questões que merecem aprofundamento e a ampliação do debate na esfera acadêmica e na esfera pública, seja no executivo ou no legislativo, sejam eles municipais ou estaduais.

Além disso, é preciso avançar para outras áreas importantes e fundamentais para o desenvolvimento rural, do ponto de vista dos temas como o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como as possibilidades de avanço nos debates sobre o pagamento por serviços ambientais prestados pelos agricultores. É preciso avançar com políticas públicas na área educacional buscando ajustar os planos de educação para a realidade vivenciada pelos jovens que vivem no meio rural, buscando encontrar meios para que os jovens rurais vejam as possibilidades de permanecerem no campo, gerando trabalho e renda a partir da sua autonomia e do seu protagonismo. Porém, para isso é necessário contribuir com o debate sobre a sucessão familiar no meio rural, pois a continuidade e as garantias para que aconteça a reprodução deste modelo de agricultura depende também da iniciativa dos governos por meio da elaboração de políticas públicas efetivas, amplas e abrangentes considerando a diversidade brasileira.

Após analisar os dados fornecidos pela Unidade Conveniada da Secretaria de Estado da Fazenda, percebemos que são poucos os jovens na faixa etária dos 16 aos 29 anos que estão entre os maiores produtores. É importante registrar que, entre os produtores de suínos, a pessoa mais jovem está com 35 anos e ficou obteve o segundo maior resultado em 2021, seguido por outros produtores com 36 na quinta posição e 39 anos na terceira posição. Sendo que a primeira colocação ficou com um produtor com 42 anos. Já na atividade de criação de bovinos os produtores mais jovens estão na segunda, quarta e nona colocação, com idade acima dos 30 anos e abaixo dos 40, nesta atividade o maior produtor conta com 60 anos. Entre os produtores de feijão, o produtor mais jovem e está na faixa etária que estávamos buscando ocupou a nona colocação, e contava com 25 anos, nesta atividade com exceção dos produtores que ficaram na terceira, sexta e sétima posição, os demais estavam abaixo dos 40 anos, mas acima dos 29 anos.

Entre os produtores de frango, percebemos que o maior produtor, em 2021, estava com 35 anos, sendo o mais jovem entre os demais, que estavam todos acima dos 40 anos. Da mesma forma, na fumiicultura, o maior produtor em 2021 apresentava idade de 37 anos, sendo o mais jovem entre os 10 maiores produtores, onde os demais estavam acima dos 40 anos.

A atividade que apresentou a maioria dos produtores com idade abaixo dos 35 anos foi a atividade de bovinocultura de leite, em que o maior produtor estava com 25 anos, e 7 entre os 10 maiores estavam abaixo dos 35 anos. Já entre os produtores de milho, o mais jovem estava com 30 anos e ocupou a sétima colocação entre os 10 maiores produtores.

Ao final identificamos que a participação dos jovens entre os 10 maiores produtores das principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município é pouco representativa, sendo que a maior parte de produtores mais jovens está na atividade de bovinocultura de leite.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa é importante citar que muitas lacunas continuam abertas neste estudo e que com toda certeza não tínhamos a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise. O estudo do tema Sucessão na Agricultura Familiar continuará a nos mostrar um horizonte amplo de questões que merecem atenção, aprofundamento e encaminhamentos práticos para transformar a realidade, em torno da evasão ou da migração da população rural para as áreas urbanas, em especial, no que diz respeito aos mais jovens.

Conforme visto até então o êxodo rural, que se refere à migração de pessoas das áreas rurais para as urbanas, é um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas no Brasil. As perspectivas para os próximos anos indicam que essa tendência deve continuar, influenciada por uma série de fatores socioeconômicos e demográficos. A busca por melhores oportunidades de emprego, acesso a serviços de saúde e educação, e a melhoria da qualidade de vida nas cidades são algumas das principais motivações que deverão continuar a levar a população rural a migrar.

Além disso, a mecanização da agricultura e a concentração de terras têm reduzido a necessidade de mão de obra no campo, contribuindo para o êxodo. Entretanto, o Brasil também tem visto um aumento nas iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural, como programas de incentivo à agricultura familiar e investimentos em infraestrutura. Essas ações visam melhorar as condições de vida no campo e podem ajudar a reter parte da população rural, especialmente os jovens, que são mais propensos a migrar.

Em Santa Catarina, a situação apresenta aspectos específicos. O estado é conhecido por sua forte agricultura e pecuária, que desempenham um papel crucial na economia. No entanto, a urbanização também é uma realidade em Santa Catarina, com cidades como Florianópolis, Joinville e Blumenau atraindo migrantes em busca de melhores condições de vida. A região tem experimentado um crescimento populacional nas áreas urbanas, enquanto algumas áreas rurais enfrentam a diminuição da população.

As perspectivas para o êxodo rural em Santa Catarina podem ser influenciadas por fatores como a diversificação da economia rural, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento sustentável. A valorização dos produtos locais e a criação de cadeias produtivas podem oferecer alternativas viáveis para os habitantes do campo, reduzindo a pressão migratória.

Em resumo, mesmo que o êxodo rural no Brasil e em Santa Catarina deva continuar nos próximos anos, a implementação de políticas eficazes e o fortalecimento da economia no meio rural podem ajudar a equilibrar essa dinâmica, neste sentido os exemplos vistos das ações focadas no desenvolvimento da região da AMREC e no trabalho da Câmara Técnica de Agronegócios do Programa DEL representam um horizonte neste cenário. O desafio será de fortalecer e continuar a criar condições que tornem a vida no campo mais atrativa, ao mesmo tempo, em que se reconhece a inevitabilidade da urbanização em um mundo em constante mudança.

Quanto a questão sucessória, seja em Lauro Müller ou em qualquer município rural do território nacional, continuará por muito tempo presente a relevância dos estudos sobre este tema no meio rural, onde ela pode ser estudada a partir de aspectos relacionados a continuidade, no curto, médio e longo prazos, das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, espaço onde se busca garantir a manutenção das famílias e a continuidade das mesmas através das futuras gerações no meio rural por meio das atividades agrícolas ou de atividades rurais não agrícolas; ou seja, tudo aquilo que esteja relacionado ao ambiente interno das propriedades rurais familiares.

Outro fator importante e estratégico que continuará presente tem relação com o ambiente interno das unidades familiares, no que diz respeito à gestão (planejamento, organização, direção e controle) da propriedade rural familiar, local onde as atividades produtivas são exercidas pelas mesmas pessoas e que mantém entre si laços familiares. Em outras palavras, também, podemos considerar que este fato busca garantir a reprodução social da agricultura familiar a curto e a longo prazo, dando continuidade e garantindo o

processo de transferência do patrimônio adquirido pelas famílias ao longo das gerações.

Importante registrar que com o encerramento das atividades do antigo CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no ano de 2014, organização a qual o pesquisador foi sócio fundador, educador, secretário e gerente executivo e atuava em Lauro Müller e em mais 3 territórios do Rio Grande do Sul e do Paraná que era vinculado a Rede Jovem Rural, rede que reúne as organizações que atuam na perspectiva da juventude por todo o território nacional representou um rompimento do ponto de vista prático dos trabalhos focados na temática da juventude rural com uma formação voltada para o diálogo no ambiente familiar sobre a sucessão na agricultura familiar. Este fato deixou “órfãos” um contingente importante de jovens que continuam com as dúvidas inerentes da condição em que vivem e que representam a necessidade de se organizar políticas públicas eficientes que atendam a eles de forma prática e para poder dar continuidade aos estudos e pesquisas relacionados aos principais sujeitos promotores do desenvolvimento rural, os jovens rurais e suas famílias de agricultores familiares.

Ao finalizar a presente pesquisa, percebemos que conforme o objetivo inicial, o tema Sucessão na Agricultura Familiar em Lauro Müller, é um tema que está presente atualmente nos principais espaços de discussão focados no meio rural. Entre os principais aspectos identificados percebemos a preocupação dos principais atores locais no município de Lauro Müller quanto ao tema Sucessão na Agricultura Familiar, pois como visto nos dois principais documentos de referência nos dois planos o desenvolvimento de ações que visem a evasão do meio rural e a criação de estratégias para que o diálogo quanto ao tema da sucessão seja facilitado no ambiente familiar especificamente na Agricultura familiar de Lauro Müller. Entretanto, este fato não se traduz em ações concretas no dia-dia do município e principalmente no dia-dia dos jovens rurais, pois são escassas as ações práticas que estejam alinhadas com este propósito. Em um meio rural onde os números demonstram a expressiva redução da sua população, as ações devem sair do campo das ideias e sair do papel e serem concretizadas na forma de políticas públicas e projetos que possam estar na contramão deste processo de evasão da população rural para os espaços urbanos. Neste sentido,

parcerias público e privadas devem ser vistas como oportunidades e também as instituições de ensino podem trazer o debate para a prática no município.

Considerando que no Programa DEL existe a criação da Câmara Técnica de Agronegócios formada por agricultores e profissionais da área de desenvolvimento rural, onde a mesma tem entre seus objetivos fortalecer os projetos para a permanência dos jovens no meio rural como pilares para o desenvolvimento do município. Por outro lado, a análise da participação dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, entre os maiores produtores deixa uma lacuna se aprofundar e a observar, por estes projetos, pois não condiz com a real necessidade de discutir a sucessão no ambiente familiar, uma vez que ainda são poucos os jovens que tem sua atividade formalizada, ou seja, ainda não estão consolidados enquanto agricultores.

Considerando, ainda, que a pesquisa não tinha a pretensão de esgotar os estudos referentes ao tema, restam ainda muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente no campo das políticas públicas pensadas para o meio rural, com foco na juventude rural. A realidade encontrada no dia-dia do município, demonstra a carência de iniciativas locais neste sentido, mas fica aqui o direcionamento e orientação para possíveis pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

A Cartografia existencial da juventude rural. *Revista Geografia Literatura e Arte*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 105–118, 2024. DOI: 10.11606/issn.2594-9632.geoliterart.2024.213251. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geoliterart/article/view/213251..> Acesso em: 28 jan. 2025.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar. Desafios dos novos padrões sucessórios*. Unesco: Brasília.1998.

Agropecuária - Brasil SC - Periódico. I. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis–SC. II Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, Florianópolis–SC. – 2024 https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2022_23.pdf

ARAÚJO, F. A. V. de; SOARES, B. R. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 4, n. 7 fev., p. 201–229, 2009. DOI: 10.14393/RCT4711894. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11894>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BEZ BATTI, Claudia Mara. *Escola isolada Rio Capivaras Alto: memórias da cultura e prática escolares - Lauro Müller/SC (1960-1970) / Claudia Mara Bez Batti*. – 2022.

BONIATTI, Marlene; MULLER, Karine Ruhoff; FABRIS, Adilson José. Sucessão familiar e a juventude rural no oeste catarinense. *Revista dos Cursos de Gestão e Tecnologia do Centro Universitário FAI*, ISSN 2357-9196. Disponível em: <https://revistas.uceff.edu.br/conexao/article/view/912>. Acesso em: 28/12/2024

CASTRO, César Nunes de. Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Texto para Discussão*, n. 2905. Brasília, DF: Ipea, ago. 2023. 48 p. DOI: [http:// dx.doi. org/10.38116/td2905-port](http://dx.doi.org/10.38116/td2905-port).

CASTRO, Elisa G. de. *Juventude do Campo*. In: CALDART, Roseli S. (Org.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CORRÊA, Patrícia Figueiredo. Perspectiva socioambiental do processo de recuperação de áreas degradadas por mineração de carvão no sul de Santa Catarina, Brasil / Patrícia Figueiredo Corrêa. - 2019. 88p. :il. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10629>

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2010.

FIORINI, Milena Carolina; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; BARDAGI, Marucia Patta. Família e desenvolvimento de carreira de jovens adultos no contexto brasileiro: revisão integrativa. Rev. bras. orientac. prof, Florianópolis , v. 18, n. 1, p. 43-55, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902017000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 dez. 2024. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2017v18n1p43>.

GOULARTI, Alcides Filho. O porto de Imbituba na formação do complexo carbonífero catarinense, Revista de História Regional 15(2): 235-262 , Inverno, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. 2. ed. 1 reimpr. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. (Coleção Pesquisas1).

<https://granjafaria.enlizi.me/>

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude Rural no Brasil: Entre ficar e partir. Tempo da Ciência, v.20, n.39, 2013.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. Revista de Estudos Sociais, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. DOI:10.19093/res.v18i37.3981 Acesso em: 15 maio. 2022.

MILIOLI, Geraldo; RUSCHEL, Caroline Vieira; BALTHAZAR, Joélia Walter Sizenando. ECOMUSEU NA PERSPECTIVA DOS GLOBAL COMMONS: UMA ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE LAURO MÜLLER – SC. Revista Pós Ciências Sociais, v. 20, n. 1, p. 145–166, 27 fev. 2023 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/20936>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MORAES, H. J. P., Bressan, L. L., & Jorge, L. C. (2018). Sobre trilhos: a memória revisitada pelo apito do trem - um estudo com as lentes do Imaginário. Revista Desenredo,14(1). Recuperado de <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/7381>

Plano de desenvolvimento AMREC [recurso eletrônico] : 2021-2030 : nosso futuro pensado em conjunto / Organizadores: Gisele Silveira Coelho Lopes, Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias, Melissa Watanabe, Thiago Rocha Fabris - Criciúma, SC: UNESC, 2021. 314 p. : il. Disponível no site https://pdseamrec.unesc.net/plano_desenv_amrec_ebook.pdf acessado em 14 de junho de 2024.

POLLNOW, G. E., Caldas, N. V., & Anjos, F. S. (2023). Sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura: a percepção de organizações sindicais da Espanha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(4), e263213. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263213>

PRÉVE, Daniel Ribeiro. Legislação e recuperação ambiental: instrumentos jurídicos na recuperação de áreas degradadas pela exploração carbonífera em Criciúma/SC / Daniel Ribeiro Préve; orientador: Gilberto Montibeller-Filho. – Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2013. 151 p. : il.; 21 cm.

RAIMUNDO, Maria da Conceição Moreira Barreto. Vila de Imbituba: Do Progresso à modernidade e espaço de exclusão, Veredas da História, [online]. Ano V, edição 2, 2012, p.64-76, ISSN 1982-4238

Rede PENSSAN; II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final. / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010.

SOARES, Adriano C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Proposta nº. 87, dezembro/fevereiro de 2000/2001.

SOUZA, Rodrigo de Freitas; TOZATTO, Alessandra. Redes sociais e os impactos na formação da identidade dos adolescentes. *Revista Sociedade Científica*, vol.7, n. 1, p.5279-5294. 2024 <https://doi.org/10.61411/rsc202479317> DOI: 10.61411/rsc202479317

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José Teixeira; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.